

18. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia – Promanejo

Os resultados desta ação em 2005 foram:

- Ampliação de escala dos “Projetos de Manejo Florestal”, desenvolvidos por comunidades residentes na Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós (PA), permitindo assim a geração de mais renda e, conseqüentemente, melhores condições de vida para 6.000 famílias residentes na Unidade, a partir da produção e comercialização de madeira;
- Elaboração e aprovação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós, a 1ª Unidade de Conservação da Amazônia brasileira que possui Plano de Manejo. Esta aprovação permitiu um melhor ordenamento, uso e gestão da Unidade pelo Ibama, garantindo a integridade da área e o cumprimento dos seus objetivos como Unidade de Conservação/UC. O processo de construção e elaboração do Plano de Manejo da UC contou com a participação de todos os atores envolvidos em sua gestão e vem servindo de referência para a elaboração do Plano de Manejo de outras Unidades de Conservação na Amazônia;
- Apoio financeiro a 15 iniciativas de manejo florestal promissoras na Amazônia, por meio de ações de assistência técnica e operacionalização das práticas de manejo florestal por comunidades da Amazônia;
- Realização da 5ª Oficina de Intercâmbio de Projetos, em Belém/PA, a fim de proporcionar a disseminação e a troca de experiências entre os projetos apoiados e a discussão e definição de ações e recomendações para construção e execução de novos projetos em regiões onde existam poucas experiências de manejo. Participaram deste evento cerca de 150 pessoas de diferentes instituições e entidades, além de empresários madeireiros e comunitários da Amazônia;
- Realização de 03 Oficinas/Seminários de Manejo Florestal Comunitário e Empresarial, nos estados do Amapá e Roraima, que resultaram na definição de uma proposta de normatização para manejo e na construção de uma agenda de trabalho comum para permitir uma melhor articulação e cooperação entre as instituições e entidades públicas e privadas que atuam na área de meio ambiente - instituições de ensino e pesquisa, órgãos do governo federal, estadual e municipal, ONGs – e os representantes do setor empresarial madeireiro e de produtores rurais, visando o desenvolvimento de ações e o estabelecimento de iniciativas de manejo florestal em áreas públicas e privadas.

Em 2005, como instrumento de políticas públicas na área de normatização e controle da atividade florestal, o ProManejo/Ibama, em parceria com o Programa Nacional de Florestas – PNF, do MMA, apoiou a elaboração da nova Instrução Normativa para aprovação e execução de Planos de Manejo Florestal Madeireiro; finalizou o desenvolvimento e teste do Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento da Produção de Madeira em Toras – Sirmat e apoiou a concepção do sistema DOF (Declaração de Origem Florestal). Ressalta-se que estes dois últimos novos instrumentos de controle e monitoramento são inovadores e fundamentais para coibir fraudes e procedimentos ilegais na atividade florestal na Amazônia;

Foram apoiadas, também, ações de capacitação, sensibilização, organização comunitária, formação de estudantes em manejo florestal e incentivo ao fortalecimento dos Centros de Treinamento na Amazônia, atingindo, até o momento, cerca de 300 estudantes, 2.000 produtores rurais, 200 profissionais da área florestal, 100 empresários do setor madeireiro e 1.000 famílias de comunidades da Amazônia.

Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa Piloto)

Os resultados desta ação em 2005 foram:

- Apoio à elaboração de documentos-base para criação da Rede de Monitoramento da Dinâmica de Florestas da Amazônia brasileira, do programa para processamento de dados e da estrutura da Fase I do Banco de Dados da Rede;
- Apoio à elaboração da nova Instrução Normativa para Aprovação e Execução de Planos de Manejo Florestal Madeireiro;
- Realização de treinamento sobre diretrizes de estabelecimento e medição de parcela permanente para diferentes atores (engenheiros, estudantes e técnicos operacionais de empresas e comunitários) nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará;
- Discussão e concepção do sistema DOF – Declaração de Origem Florestal, a partir de oficinas de trabalho com técnicos da área de controle e monitoramento, de apresentação da proposta para diversos atores da Amazônia e do apoio à elaboração do Termo de Referência para contratação do desenvolvimento da DOF;
- Finalização dos manuais e procedimentos de avaliação em campo (laudo de vistorias) de Planos de Manejo em florestas de terra-firme, elaboração da proposta de Laudo Técnico para Florestas de Várzeas e treinamento piloto no uso dos laudos para técnicos do Ibama dos estados do Acre, Rondônia, Pará, Mato Grosso e Amapá;
- Reprodução da experiência do processo de elaboração do Plano de Manejo da Flona do Tapajós, sendo utilizado como referência para elaboração de Planos de Manejo de outras Unidades de Conservação (UC) na Amazônia com realização do seminário de divulgação na referida UC;
- Participação na discussão e elaboração da Portaria n.º 116, do Ibama, que busca a resolução da questão fundiária da FLONA do Tapajós;
- Capacitação comunitária e intercâmbio de experiências em outras florestas nacionais do Brasil; e
- Lançamento do Projeto de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

No ano de 2005, ocorreram fatos relevantes que permitiram a ampliação da capacidade do programa para atender o seu público alvo. Neste sentido, destacam-se: o início da operacionalização das novas Agências Implementadoras do Programa - AIs, entidades da sociedade civil que, em conjunto com a Coordenadoria de Agroextrativismo – CEX, do MMA, viabilizam a execução das ações do programa, e o aumento do número de entidades que participam do seu Comitê Gestor - CG, instância superior de tomada de decisão sobre o funcionamento da Carteira de Projetos da CEX. Este trabalho trouxe maior legitimidade ao programa, já que ampliou a participação de representantes dos próprios beneficiários nos processos de tomada de decisão/execução e possibilitou, também, sua maior divulgação, atingindo, assim, comunidades que a CEX sozinha não teria condições de atingir devido à grande distribuição geográfica e, em certa medida, isolamento do seu público alvo.

Quanto à execução das ações do programa, apesar da liberação de recursos ter sido menor do que o programado em Lei, no geral, foi possível atingir a meta prevista. Por fim, destaca-se que ao longo de 2005 o programa realizou atividades em regiões consideradas prioritárias pelo governo federal, tais como o Arco do Desmatamento, a área de influência da BR-163 e a Bacia do Rio São Francisco. Com relação a esta última, já existe um plano de trabalho conjunto de modo a integrar os programas Comunidades Tradicionais e o de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. No tocante ao Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e o Plano BR-163 Sustentável, já foi identificado o potencial de integração do programa com esses

Planos e, neste sentido, foi iniciado um trabalho para possibilitar a integração.

Apoio às Organizações Extrativistas da Amazônia

A parceria da CEX com as AIs concretizou-se, principalmente, na execução desta ação, em que foram realizadas 5 reuniões locais para aprovação de 83 projetos de até R\$ 5.000,00 cada e mais 1 projeto de aproximadamente R\$ 90.000,00, que beneficiarão as comunidades tradicionais no desenvolvimento de suas atividades produtivas sustentáveis e de fortalecimento da organização social local.

Capacitação de Comunidades Tradicionais

A execução desta ação teve um incremento considerável em relação ao ano anterior, pois passou a fazer parte de uma estratégia integrada da CEX em melhorar a qualidade dos projetos e possibilitar às comunidades antes não atendidas pelo programa a desenvolverem as condições para isso.

Os resultados alcançados em 2005 foram: apoio às atividades de capacitação em liderança comunitária, comercialização de produtos, manejo florestal e agroecologia, com execução sistemática e em parceria com as Agências Implementadoras, capacitando 321 pessoas, apesar do contingenciamento dos recursos; realização de reuniões de sensibilização comunitária e esclarecimento para o processo de criação de Resex (Reservas Extrativistas) e RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável), com elaboração conjunta de laudos de criação dessas Unidades de Conservação - UC's; capacitação para gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Resex e RDS), em especial para a criação de Conselhos Deliberativos; e capacitação de comunidades localizadas em Resex e RDS para elaboração de projetos produtivos e organização da produção.

Gestão Ambiental em Terras Quilombolas

Ação executada em parceria entre CEX e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR/PR. Também em conjunto, houve a participação no Grupo Executivo Interministerial de Alcântara/GEI Alcântara, sendo realizadas três capacitações em elaboração de projetos. Desta iniciativa foram aprovados 20 projetos, no valor de R\$ 5.000,00 cada, além de viabilizar a participação de quilombolas no Seminário de Desenvolvimento Local e Inclusão Social em Territórios Quilombolas, atendendo 37 comunidades.

Na execução desta ação foram obtidos os seguintes resultados: reuniões de sensibilização comunitária nas Reservas Extrativistas do Quilombo do Frechal e Cururupu/MA; mobilização social para a organização de associações de moradores das Reservas Extrativistas do Quilombo do Frechal e Cururupu/MA; fortalecimento institucional para o debate e representação das associações de moradores nas Reservas Extrativistas do Quilombo do Frechal e Cururupu/MA; e capacitação de comunidades e entidades de representação de moradores para a criação dos Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas do Quilombo do Frechal e Cururupu (MA).

Assistência Técnica à Produção e à Comercialização de Produtos Extrativistas na Amazônia

Os recursos desta ação foram utilizados no apoio técnico às Comunidades Tradicionais no que se refere à elaboração e execução de projetos de plano de manejo, realização de estudos técnicos, apoio na articulação com diversas entidades governamentais e não-governamentais.

Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais

Esta ação teve sua execução comprometida devido ao Decreto de 30 de março de 2005, que reduziu consideravelmente seus recursos, cancelando o valor de R\$ 1.125.000,00 da fonte 0985 - Desvinculação Parcial de Recursos e Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural, ficando disponível apenas R\$ 375.005,00. Dessa forma, a execução ficou comprometida, já que os recursos cancelados não foram repostos por outra fonte. No total foi realizado um convênio e um termo aditivo a outro já em execução.

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

Recuperação de Áreas Degradadas

Esta ação teve como resultado, em 2005, o planejamento e apoio técnico aos pequenos proprietários rurais na recuperação das áreas degradadas e a recuperação de 320 hectares de áreas degradadas.

PROGRAMA NACIONAL DE ECOTURISMO

Apoio à Implantação de Infra-Estrutura nos Pólos Ecoturísticos

Em 2005, foram executadas obras de infra-estrutura nos Pólos da Amazônia, em apoio ao ecoturismo: implantação de 5 Centros de Atendimento ao Turista no Amazonas – CAT's, nos municípios de Presidente Figueiredo, Barcelos, Manacapuru, Novo Airão e Iranduba/AM; implantação de 4 Terminais Fluviais Turísticos (TFT), nas cidades de Barcelos, Manacapuru e Novo Airão/AM; revitalização do Porto de Belém e implementação de infra-estrutura no parque Ambiental de Belém/PA, por meio de convênios com a Prefeitura; elaboração do Projeto de Desenvolvimento das Unidades de Conservação, para implementação de infra-estrutura de uso turístico nos Parques Estaduais do Cantão e Jalapão/TO; e articulações e elaboração de convênio com a Prefeitura de Lagoa da Confusão/TO para implantação de melhorias de urbanização e estruturas de turismo ecológico.

PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS

Apoio à Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas

A execução de projetos e convênios em apoio à atividade de recuperação das áreas degradadas se deu mediante: convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE para implementação do uso de imagens de satélite, a fim de reduzir as incertezas nos cálculos do desmatamento anual da Amazônia Legal; convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa para o desenvolvimento de uma proposta que proporcione maior sustentabilidade no campo, com ênfase em sistemas agroflorestais, junto à população assentada na região de Ribeirão Preto/SP; e lançamento do edital de recuperação e conservação de nascentes e de margens dos cursos d'água. Os recursos necessários no valor de R\$ 20 milhões, sendo R\$ 13 milhões do Fundo Nacional de Meio Ambiente e R\$ 7 milhões do Ministério da Integração ainda não foram disponibilizados. Desse montante, aproximadamente um terço destina-se a projetos no vale do Rio São Francisco, no âmbito do programa de revitalização daquela Bacia Hidrográfica;

No estado do Acre a ação foi originada por emenda parlamentar, tendo por objetivo a produção e distribuição de mudas nativas em quantidade e qualidade para a recuperação de áreas degradadas e adensamento das florestas nativas que estejam sob o regime de manejo florestal sustentável. Foi firmado convênio no final do ano de 2005, não havendo, portanto, resultados alcançados até o momento.

Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável

Os resultados desta ação em 2005 foram: assistência ao pequeno produtor rural (agricultor familiar, extrativistas, silvicultores, populações tradicionais) no desenvolvimento de atividades produtivas florestais sustentáveis no Programa de Agricultura Familiar - Pronaf e nos biomas brasileiros, tais como: Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado; promoção do desenvolvimento florestal sustentável, por meio do projeto UTF/BRA/062, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO; auxílio no custeio da Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica - COP 8; e participação no convênio com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil – CONCRAB, para diagnosticar a realidade de cobertura florestal nos assentamentos da Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Caatinga, promovendo a animação social para a internalização do tema e formação técnica para a qualificação da intervenção no processo, potencializando o componente florestal no contexto da promoção da reforma agrária, beneficiando cerca de 200 pessoas.

Capacitação em Atividades Florestais

Os resultados desta ação, em 2005, foram: estruturação de uma rede nacional de treinamento e capacitação em manejo e plantio florestal, mediante a concepção da estrutura metodológica e suporte para a formação de instrutores, aperfeiçoamento de técnicos em ATER (Assistência Técnica) e treinamento de pessoas envolvidas em projetos florestais; auxílio no custeio da Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica - COP 8; realização de um workshop organizado pela Sociedade de Investigações Florestais; capacitação de, aproximadamente, 120 produtores rurais sobre elaboração de convênios para o Edital Cerrado; e capacitação de cerca de 200 profissionais do setor pelo Centro de Apoio ao Manejo Florestal – Cenaflor.

Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamento

Durante o exercício de 2005 foi atendida a meta estabelecida de conceder 1.200 autorizações, utilizando apenas parte da dotação. Foram também criadas “forças tarefas” para apoio nas Gerências Executivas do Ibama em Santarém, Sinop, Juína, São Luis, Imperatriz, Boa Vista e Marabá, visando análises e vistorias em Projetos de Planos de Manejo e Desmatamento.

Modernização de Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais

Houve, em 2005, a modernização dos sistemas de controle com um avanço considerável frente às dificuldades financeiras enfrentadas, o que explica fundamentalmente o desenvolvimento e integração dos sistemas de licenciamento por serem etapas que independem de grande quantidade de recursos. Foi concluída a proposta e iniciado o desenvolvimento do Sistema de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais. O modelo conceitual do Sistema foi apresentado e discutido com os técnicos de gerências executivas do Ibama que trabalham no controle da atividade madeireira e representantes do PNF (Plano Nacional de Florestas).

Foi desenvolvido o Sistema Compartilhado de Licenciamento Ambiental – Siscom, em parceria com o Subprograma de Políticas de Recursos Naturais - SPRN, Centro Nacional de Telemática - CNT, Centro de Monitoramento Ambiental - Cemam e Diretoria de Proteção Ambiental/IBAMA - DIPRO.

Outras ações desenvolvidas em 2005: revisão da IN n.º 17/03 (sobre exportação de produtos madeireiros) com a publicação da IN n.º 77/05; conclusão da Minuta de Instrução Normativa sobre Manejo Florestal na Amazônia e na Caatinga; alterações no Sisprof - Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Recursos e Produtos Florestais, visando a sua adequação, tendo em vista a publicação da IN n.º 75/2005; desenvolvimento do novo sistema de controle da produção madeireira (DOF – Documento de Origem Florestal); e desenvolvimento do Siscom e migração dos dados do Sisprof para esse sistema.

Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória

Foi efetivado o monitoramento da reposição florestal decorrente do consumo de matéria-prima florestal com o objetivo de ampliar a base florestal plantada e reduzir a pressão sobre os remanescentes nativos. Além disso, procedeu-se à fiscalização de 15 projetos, conforme a previsão inicial, bem como à elaboração de minutas de Decreto e de Instrução Normativa a serem levadas a consultas públicas.

PREVENÇÃO DE RISCOS E COMBATE ÀS EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

O foco central deste programa é a prevenção de riscos e combate às emergências ambientais relacionadas às atividades potencialmente poluidoras. A conservação dos recursos ambientais é constantemente ameaçada por acidentes e emergências ambientais. Como os acidentes podem atingir mais de uma unidade da federação, cabe ao governo federal coordenar as atividades de prevenção, preparação e resposta a tais acidentes, além de fortalecer a estrutura dos estados.

Atualmente, a capacidade de reação do governo frente aos acidentes com produtos químicos perigosos, que geram danos ambientais e à saúde humana, deve ser aprimorada sistematicamente, a fim de que as intervenções localizadas tenham maior eficácia. Com a utilização de ações articuladas que possibilitem a eliminação, a minimização ou o controle de riscos ambientais e o combate rápido e efetivo em situações emergenciais, bem como a integração das ações de monitoramento, fiscalização e atuação direta, torna-se possível apresentar respostas claras e efetivas à sociedade nas situações em que as condições e qualidade de vida das populações, bem como o patrimônio ambiental, estiverem ameaçados.

Implantação do Centro de Monitoramento Ambiental

Esta ação teve como resultado o processo de implantação do Centro de Monitoramento Ambiental – Cemam que vem sendo realizado por meio da sua estruturação física, logística, computacional e de recursos humanos, incluindo a capacitação e o aumento do quadro de pessoal, necessário às suas atividades de geoprocessamento; a capacitação de servidores em sistemas de informações geográficas, com papel fundamental na implementação das atividades de monitoramento ambiental. Encontra-se em fase adiantada o processo licitatório para aquisição de equipamentos necessários ao armazenamento e à integração de informações ambientais, com a finalidade de dotar o Cemam de capacidade operacional para compartilhar informações entre os órgãos federais e

estaduais (que monitoram o meio ambiente), sociedade civil organizada e demais centros integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS – FLORESCER

Em razão da grande ocorrência de desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais, fez-se necessária a implementação de um programa com o principal objetivo de prevenir e combater tais situações em todos os biomas brasileiros. Como objetivo setorial se tem o de promover o monitoramento, a prevenção e a redução de riscos e a mitigação de impactos decorrentes de eventos hidrológicos críticos, de acidentes e de emergências ambientais relacionados a queimadas e incêndios florestais e a atividades potencialmente poluidoras. O programa vem sendo executado de forma indireta e descentralizada com a participação efetiva dos estados e municípios. As ações de combate ao desmatamento na Amazônia resultaram em uma redução de 31% no período 2004-2005, em relação ao período anterior, sendo o maior percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia dos últimos 9 anos.

Fiscalização de Atividades de Desmatamento e Queimadas

Em decorrência do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDA, as operações integradas de fiscalização ocorreram de forma bastante intensa na região norte e noroeste do Mato Grosso, no Pará ao longo da BR-163 e Terra do Meio, no Estado de Rondônia, no sul do Amazonas e Amapá, perfazendo um total de 19 operações que contaram com o apoio da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militar e Ambiental dos respectivos estados e do Exército Brasileiro.

As ações realizadas em 2005 foram: realização de operações em pátios de serrarias e barreiras nas principais vias de escoamento da madeira, incluindo as novas rotas que estão se estabelecendo pelo Maranhão e Piauí, onde foram apreendidos 52 caminhões de madeira oriunda do Pará; informações para operações geradas pelo monitoramento de desmatamentos do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), são analisadas nas bases operativas e conferidas em campo, com sobrevôos de reconhecimento, com a utilização de aeronaves do Ibama e do Exército; e deslocamento de fiscais na execução das operações, orientados por técnicas de geoprocessamento e GPS (Global Position System), possibilitando uma atuação mais proativa e eficaz, baseada na identificação preliminar de áreas sujeitas a práticas de desmatamentos e queimadas ilegais.

Prevenção e Controle de Desmatamento e Incêndios Florestais

Foram realizadas atividades de prevenção, localização e combate ao desmatamento e incêndios florestais por meio de técnicas de monitoramento e controle de áreas vulneráveis; houve a ampliação da previsão inicial de 2.173.075,00 ha de área monitorada para 5.091.208,00 ha em 2005. A previsão inicial restringia a atividade de monitoramento na área relativa ao Arco da Amazônia, porém a ação permitiu o monitoramento de toda a área correspondente à Amazônia Legal, incluindo os estados do Acre, Amazônia, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O programa visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias com situação de vulnerabilidade ambiental, sendo o objetivo central revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica, com elevado comprometimento ambiental dessas bacias.

Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco

Os resultados desta ação em 2005 foram: realização de estudos para a criação do Parque Nacional do Canyon do São Francisco e da APA de Xingó; levantamento das espécies da avifauna do Lago de Sobradinho e elaboração de catálogo de avifauna da região; cadastro de usuários de recursos hídricos da Bacia do SF – fase 1;

instalação de 8 Comissões Locais de Meio Ambiente (COLMEIA) e mobilização de cerca de 900 lideranças comunitárias; realização de oficinas para apoio à criação de Unidades de Conservação em 13 municípios da Bacia – fase 1; elaboração do Plano de Turismo Sustentável das regiões do baixo, médio e sub-médio São Francisco e edição e distribuição de 3.000 exemplares para cada região; realização de 5 oficinas, visando a capacitação de agentes municipais para a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; realização de ações de Educação Socioambiental e efetivação do monitoramento e fiscalização integrados do baixo São Francisco Alagoano, em parceria com o Ibama; elaboração do Plano de Gestão Compartilhada de Uso dos Recursos Pesqueiros na Bacia, em parceria com o Ibama; implementação de ações para consolidação do Corredor Ecológico da Caatinga – fase 1; elaboração do diagnóstico mastofaunístico e avaliação das populações de carnívoros na Bacia e a publicação de 1.000 exemplares deste diagnóstico; realização do Primeiro Festival Ecocultural da Revitalização do São Francisco; apoio à execução de 5 projetos pilotos de agroextrativismo na região nordeste do São Francisco; realização de 3 seminários de integração com as comunidades tradicionais do São Francisco; estudos e elaboração do primeiro Plano de Ação para o Manejo e Conservação da Fauna Silvestre da Bacia do SF; realização de diligências para fiscalização do Defeso da Piracema na Bacia efetuadas pelo Ibama; realização do primeiro Seminário Nacional de Reforma Agrária e Agricultura Sustentável na Bacia; realização de estudos para revitalização de Lagoas Marginais do Alto e Médio São Francisco, a jusante da barragem de Três Marias, áreas estas consideradas de Proteção Permanente; recuperação de áreas de preservação permanente da bacia do Rio das Velhas com o desenvolvimento de modelos técnicos alternativos em áreas-piloto; realização de ações para conservação de água e solo da sub-bacia dos rios Bambuí e Samburá/MG; e elaboração da Agenda 21 do Pólo da Represa de Três Marias/MG.

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

Os principais beneficiários do Programa são as populações residentes nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de Unidades de Conservação. Os principais parceiros são: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, os Organismos Internacionais, as ONGs, a Fundação Nacional do Índio – Funai, as Universidades e instituições de pesquisa, os estados e os municípios.

Fomento a Projetos Orientados ao Manejo e Consolidação de Áreas Protegidas

Os resultados alcançados em 2005 foram: apoio a projetos que visam a implementação das diferentes categorias de manejo de Unidades de Conservação/UC descritas na Lei nº 9.985/00 e regulamentadas pelo Decreto nº 4.340/02, nas diferentes esferas de governo, tornando possíveis as ações de estruturação, planejamento e manejo, para que, além de cumprirem com os seus objetivos de criação, busquem integração dos órgãos gestores das unidades com a sociedade civil; apoio a projetos de criação, fortalecimento e implementação de conselhos de UCs; apoio à elaboração de planos de manejo de UC, como também a revisão desses e reavaliação de áreas protegidas para adequá-las ao SNUC; implementação de ações previstas nos Planos de Manejo, programas de voluntariado e elaboração ou revisão de memorial descritivo das UC, com base de dados georeferenciados; e lançamento do Edital nº 01/2005 – Edital de Áreas Protegidas, com estratégia de fomentar a implementação do SNUC, previsto pela Lei 9.985/00, sob três aspectos: (i) gestão participativa e integrada de um território de UCs, por meio de Mosaicos de Áreas Protegidas, (ii) estimular ações de gestão integrada entre diferentes UCs que compõem o Mosaico, e (iii) elaborar o Plano de Desenvolvimento Territorial com base conservacionista. Este Plano deve prever outras ações que tenham como desafio conciliar o desenvolvimento da região e tendo as Unidades de Conservação como agente catalisador do processo, além do uso racional dos recursos naturais do território.

Com relação a esse edital, somente 1 projeto foi conveniado em 2005. Os demais serão conveniados até junho de 2006. Ainda com o orçamento disponível, foram feitos 13 convênios, aprovados em editais anteriores, lançados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, e 14 termos aditivos de convênios.

COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Este programa tem como elementos-chave o combate à pobreza e às desigualdades sociais, aliados à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais. Dentre as obrigações dos países que ratificaram a Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - CCD, da qual o Brasil é signatário desde 1997, encontra-se a de elaborar e implementar Programas de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca nas regiões abrangidas por climas áridos, semi-áridos e subúmidos secos.

Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação

Em 2005 foram alcançados os seguintes resultados: implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil, o qual pretende contribuir para a redução da atual taxa de crescimento das áreas desertificadas, para a promoção da recuperação ambiental das áreas em processo de desertificação, melhoria da gestão integrada dos recursos hídricos, promoção da educação ambiental formal e informal, introdução do tema gênero na pauta de todas as ações do programa e o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis e compatíveis com as especificidades sociais, ambientais, econômicas e políticas da região; apoio aos estados nas discussões para a elaboração dos Planos Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs, bem como a elaboração de propostas de projetos em áreas-piloto, mantendo assim, a mobilização da sociedade civil e poder público na elaboração do PAN-Brasil; elaboração do Projeto de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente - SRH/MMA e o Instituto Interamericano para a Agricultura – IICA, visando fortalecer a parceria com organismos internacionais, de acordo com o estabelecido na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – UNCCD; organização e coordenação da X Reunião Regional do Grupo de Países da América Latina e Caribe - GRULAC, como preparatória para a Conferência das Partes da UNCCD - COP 7; e participação na VII Conferência das Partes da UNCCD, com apresentação do PAN-Brasil no evento paralelo destinado ao Brasil e assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/PNUMA, o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha/BMZ e o Mecanismo Mundial/MM, para apoiar o processo de implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil).

Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação

Os resultados desta ação em 2005 foram: desenvolvimento de processos de formação de atores sociais locais no combate à desertificação, visando divulgar, em relação ao fenômeno da desertificação, informações sobre suas causas e conseqüências, bem como sobre alternativas tecnológicas para inibir o mesmo; e continuidade de processos participativos de formação de agentes locais e multiplicadores; constituição de comissões locais de combate à desertificação e gestão sustentável da água para o acompanhamento, monitoramento, avaliação das intervenções realizadas; e confecção de materiais (cartilhas e manuais), visando implementar processos de formação.

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO – CONVIVER

Dessalinização de Água - Água Doce

Os resultados desta ação em 2005 foram: realização de Oficina de Capacitação em Campina Grande/PB; capacitação de 130 técnicos dos estados, órgãos federais e ONGs, nas modalidades: Diagnóstico Técnico de Dessalinizadores, Diagnóstico Sócio-Ambiental de Comunidades e Implantação de Unidades Demonstrativas de Aproveitamento do Concentrado do Programa Água Doce; implantação de núcleos estaduais do Programa; realização dos diagnósticos técnicos e sócio-ambientais nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Bahia, para a recuperação de dessalinizadores e a implantação do destino adequado do concentrado; com os recursos disponibilizados foi possível recuperar 9 equipamentos de dessalinização, considerando que houve um super-dimensionamento da meta inicial desta ação.

GESTÃO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental

Os resultados desta ação em 2005 foram: fiscalização nos aeroportos e portos, fortalecendo, assim, o combate ao tráfico de produtos e subprodutos da flora, fauna e pesca, com conseqüente redução da poluição/degradação ambiental; expansão das ações de fiscalização e estabelecimento de procedimentos e definição de pontos estratégicos para fiscalização no território nacional; desenvolvimento de habilidades no quadro de agentes, visando a intensificação da fiscalização em áreas relacionadas às cadeias produtivas que utilizam recursos naturais e a redes de tráfico de animais silvestres; conscientização da população, nos aeroportos, sobre o crime de biopirataria, bem como a inserção do Ibama no sistema de fiscalização aeroportuária; e realização de palestras

educativas, distribuição de *folders* e reprodução de vídeo sobre o tráfico de animais silvestres, bem como visitas a locais diversos, de caráter esclarecedor/orientador, com o objetivo de divulgar o trabalho dos órgãos fiscalizadores do ambiente aeroportuário (Polícias Federal, Civil e Militar, Receita Federal, Ministério da Agricultura e Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos

Em 2005, houve a formulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH (Lei 9.433/97), o qual visa fundamentar e orientar a implementação da Política, com o intuito de garantir água em quantidade e qualidade aos diversos usos à atual e às futuras gerações. Este Plano foi construído de maneira democrática e com ampla participação de todos os segmentos pertinentes à área – envolvendo milhares de pessoas – e conseqüentemente, ampliou o debate sobre as águas do País.

Neste sentido, merecem destaque as seguintes iniciativas: elaboração dos 12 Cadernos Regionais de Recursos Hídricos, que se configuram num amplo diagnóstico de cada região hidrográfica brasileira, no tocante aos recursos hídricos, bem como aos aspectos sócio - econômicos, culturais e ambientais; realização de 12 seminários regionais (um em cada região hidrográfica), visando ampliar as discussões em torno do PNRH, para estabelecimento das diretrizes e programas; realização de 7 oficinas temáticas e setoriais e 2 oficinas para o desenvolvimento dos cenários para os recursos hídricos (cujo horizonte temporal compreende 2005 a 2020); realização de 27 encontros públicos em todas as unidades da federação, bem como participação em fóruns, seminários e encontros diversos no Brasil e no exterior, visando estender o processo de envolvimento social e político em torno do PNRH; e desenvolvimento de documentos técnicos, visando a elaboração de seus 4 Volumes, quais sejam: Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil; Águas para o Futuro - uma visão para 2020; Diretrizes; e Programas Nacionais e Metas.

Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Os resultados desta ação em 2005 foram: aprimoramento da legislação e fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos superficiais, subterrâneos e transfronteiriços, adaptando-os às diferentes realidades regionais, bem como ao monitoramento e avaliação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos- SINGREH, por meio do Sistema de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – SIAPREH; apoio aos estados na construção de seus planos de recursos hídricos e implementação de ações relacionadas com educação ambiental, formação e capacitação em gerenciamento de recursos hídricos; promoção da integração da Política de Recursos Hídricos com a Política de Meio Ambiente; e formulação de política orientada para a Amazônia, participação nos Grupos de Trabalhos sobre a Amazônia, em saneamento, bem como em diversos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Os resultados desta ação em 2005 foram: disponibilização de condições operacionais e institucionais para o funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e de suas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, como também o apoio técnico, jurídico, logístico e administrativo e a coordenação da participação de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH; e realização de 4 reuniões plenárias do CNRH, com a produção de 10 Resoluções e 05 Moções. Ocorreram, também, 77 reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH: Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais; Câmara Técnica de Análise de Projetos; Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos; Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia; Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras; Câmara Técnica de Águas Subterrâneas; Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos; Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos e Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços. Foram realizadas, ainda, 03 oficinas e 63 encontros de Grupos de Trabalho.

PROGRAMA PROAMBIENTE

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural – Proambiente é resultado de uma efetiva construção participativa, que visou a proposição de um modelo inovador de desenvolvimento rural sustentável, principalmente para a Amazônia.

O Proambiente favorece o envolvimento dos produtores familiares (agricultores, agroextrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas) no planejamento de suas unidades produtivas, para que haja uma mudança qualitativa no modelo de agricultura empregado. É incentivada a adoção de um modelo de bases ecológicas, com a diversificação e o aumento da produção (para auto-consumo e comercialização), geração de renda e garantia da segurança alimentar. Isso tudo aliado ao ajuste ambiental das propriedades e prestação de serviços ecossistêmicos.

Apoio à Implantação de Pólos Pioneiros do Proambiente na Amazônia Legal

Os resultados desta ação em 2005 foram: cadastramento de 170 novas famílias; diagnóstico de 170 Unidades Produtivas; elaboração de 2.270 Planos de Utilização das Unidades Produtivas; realização de 28 oficinas e cursos de capacitação, 42 seminários e reuniões de nivelamento e acompanhamento; celebração de 90 Acordos Comunitários de Certificação Participativa; execução de 7 planos de divulgação e comunicação local; e implementação de 11 Conselhos Gestores locais.

Implantação de Unidades de Gestão Ambiental Rural (Gestar)

A ação viabilizou-se por meio do Termo de Cooperação (TCP) entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Os resultados desta ação em 2005 foram: implantação do Projeto em 04 novos territórios: Território Portal da Amazônia/MT, Território BR 163/PA, Território Baixo Amazonas/PA e Território Serra Geral/MG; elaboração, em conjunto com a FAO, da segunda etapa do TCP 2903, agora TCP 3004, com a contratação de consultores responsáveis pelas elaborações de documentos conceituais, Guia Metodológico, Instrumentos Econômicos e Instrumentos Jurídicos; e apresentação à Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e FAO de uma proposta de revisão do Projeto “Gestão Ambiental Rural em Assentamentos Humanos localizados em Microbacias do Brasil” - UTF BRA/060.

QUALIDADE AMBIENTAL – PROCONTROLE

A degradação da qualidade ambiental, que vem ocorrendo nas últimas décadas, tem influenciado de forma negativa a qualidade de vida da sociedade brasileira. Parte dessa degradação está associada à utilização desmedida dos recursos naturais, à emissão de substâncias que afetam a camada de ozônio, ao nível de poluição que prejudica a saúde humana e aos impactos ambientais decorrentes das atividades de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento do país. É função do setor público o desenvolvimento e aplicação de mecanismos de controle de atividades impactantes, com a finalidade de restabelecer, ou mesmo reequilibrar, a qualidade ambiental.

Licenciamento Ambiental Federal

Esta ação teve como resultado a participação em audiências públicas e em solicitações de Ministérios Públicos e de entidades representativas da sociedade civil, referentes aos empreendimentos em fase de licenciamento ambiental federal e a Concessão de 237 licenças ambientais.

Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental

Os resultados desta ação em 2005 foram: realização de seminários voltados para o Licenciamento Ambiental com o objetivo de harmonizar os procedimentos nos órgãos ambientais das três esferas de governo, resguardadas as especificidades ambientais e visando o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama; realização de 3 seminários sobre o Plano de Emergência Individual que objetivaram proporcionar maior compreensão e posterior avaliação dos planos elaborados pelos empreendimentos do setor de petróleo e gás no processo de licenciamento ambiental; lançamento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, para a integração das informações sobre o licenciamento ambiental disponíveis nas três esferas de governo; realização do Segundo Seminário Nacional sobre Avaliação Ambiental Integrada – AAI dos aproveitamentos hidrelétricos na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, cujo objetivo é a divulgação da metodologia de aplicação da AAI de Bacias Hidrográficas, para analisar a sinergia de impactos ambientais de empreendimentos hidrelétricos, localizados em uma mesma Bacia Hidrográfica; realização do Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental - LA de projetos de assentamentos de reforma agrária para revisão da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama nº 289/2002; realização do Seminário Nacional sobre o Licenciamento Ambiental - LA de sistemas de tratamento de

esgotos sanitários, visando a simplificação do LA para empreendimentos de pequeno e médio porte; e realização do Seminário de Licenciamento Ambiental de destinação final de resíduos sólidos visando à revisão de resoluções do Conama, referentes ao assunto e à realização, em conjunto com os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e o de Transportes, do *workshop* “Diálogo Técnico sobre Avaliação Ambiental Estratégica - AAE e Planejamento no Brasil”, com vistas à inserção da AAE como instrumento de planejamento e gestão no ciclo de planejamento do governo federal.

VIVER SEM CONTAMINAÇÃO

O Programa Viver sem Contaminação, em continuação às decisões tomadas em 2004, articulou com múltiplos parceiros nos governos federal e estaduais, bem como com organizações não governamentais e agências de cooperação técnica internacional, visando reduzir a contaminação e controlar os riscos decorrentes da exposição a substâncias perigosas e aos resíduos industriais.

Capacitação para a Segurança Química

Os resultados desta ação em 2005 foram: aprovação da Resolução Conama nº 358/05, com participação ativa da Secretaria de Qualidade Ambiental - SQA, que trata de gestão externa de Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, harmonizada com a Resolução Anvisa nº 306/04, sobre gestão interna de RSS. Este trabalho, iniciado em 2003, resultou, em 2005, em um programa de capacitação conjunta da SQA e Anvisa para técnicos dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs e das Vigilâncias Sanitárias Estaduais - VISA, atendendo aos Estados da Federação, com participação de mais de 1.000 técnicos; capacitação de 548 técnicos para segurança química; iniciativas públicas e privadas em todo o Brasil, tanto no âmbito municipal, como estadual, para realização de novos cursos de capacitação com a Anvisa e o MMA, convidados a ministrá-los; e realização de um seminário em agosto, do qual participaram diversas entidades representantes do governo federal (Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente), Estaduais (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb), Organizações Cívicas Organizadas (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente - FBOMS, Associação de Combate aos Poluentes – ACPO e Central Única de Trabalhadores - CUT) e Indústria (Associação Brasileira de Indústria Química e de Produtos Derivados – Abiquim). No seminário foram abordados os aspectos gerais da convenção e as exigências relativas a agrotóxicos.

Fomento à Gestão e Controle de Contaminantes Ambientais

Em 2005, foi realizado seminário para discussão com representantes dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs, em 11 estados, sobre a revisão da Resolução Conama nº 258/99, que trata da destinação de pneus inservíveis. Deste evento, concluiu-se que há a necessidade de harmonização dos critérios de licenciamento dos processos de destinação de pneus e que na revisão dessa resolução haja uma participação maior por parte dos estados no controle sobre o cumprimento das metas de destinação a ser comprovada pelos fabricantes e importadores de pneus, que hoje fica a cargo somente do Ibama

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Apoio à Elaboração de Projetos Demonstrativos de Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos em Áreas Urbanas com População entre 30 mil e 250 mil Habitantes

Em 2005 foi efetivada parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA, para apoio à elaboração, capacitação e seleção de projetos pelo edital FNMA nº 07/2005, intitulado “Fomento a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos na Bacia do São Francisco”, para a aplicação de R\$ 14.000.000,00, por meio de apoio financeiro e técnico a projetos em duas chamadas: apoio à elaboração e implantação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS, do Plano Social, do aterro sanitário, do projeto de recuperação de área degradada pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e apoio à estruturação de Associação/Cooperativa de catadores de materiais recicláveis; e apoio à revitalização de aterro sanitário licenciado, em operação, recuperação de área de disposição final de resíduos (lixões), implementação de ações de tratamento e de programa de inserção sócio-econômica de catadores.

Apoio a Projetos de Aproveitamento Energético das Emissões de Metano Resultante de Resíduos Sólidos

As atividades executadas em 2005 foram: elaboração de propostas para se atingir o objetivo da ação em articulação com o Ministério das Cidades; coordenação do “ Projeto para Aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento do Limpo (MDL), na Redução de Emissões em Aterros de Resíduos Sólidos”; e instituição do Comitê Técnico, o qual tem como função acompanhar, avaliar e propor diretrizes para a perfeita execução do Projeto.

Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 habitantes

Em 2005 foram celebrados 10 convênios com municípios, cujos recursos decorreram de emendas parlamentares, para apoiar ações na área de Resíduos Sólidos. Com a execução de todos esses convênios, será possível beneficiar uma população de mais de 600.000 habitantes, distribuídos por 4 estados, colaborando para o alcance das metas do Programa como um todo.

Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos

Em 2005 foram realizados 10 Seminários Regionais de Resíduos Sólidos, com o objetivo de sensibilizar os municípios para a implantação da gestão integrada e sustentável, contando com o apoio dos agentes envolvidos (MMA, Ministério das Cidades, Fundação Nacional de Saúde – Funasa e Caixa) e do Fórum Nacional e Fóruns Estaduais Lixo e Cidadania. O público-alvo foi constituído por gestores municipais, associações e cooperativas de catadores de lixo, ONGs, deputados, instituições ligadas à construção civil e outros interessados.

Sistema de Informação em Gestão Ambiental Urbana

Em 2005 foi elaborado contrato a ser celebrado com a Caixa para implementação do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, capaz de verificar os custos e índices na área de habitação, infra-estrutura e saneamento, com o objetivo de fornecer aos técnicos da Secretaria de Qualidade Ambiental - SQA/MMA instrumentos uniformizados para análise de custos na área da construção civil. Os recursos desta ação se destinam à implantação e à manutenção desse sistema, além da capacitação de usuários internos, de forma a subsidiar os técnicos na avaliação dos projetos para o apoio financeiro aos estados e municípios para a celebração de novos convênios e para as respectivas análises de prestação de contas.

PROGRAMA NACIONAL DE ECOTURISMO

Diversas ações de transversalidade foram realizadas em parceria com o Ministério do Turismo: participação no Conselho Nacional de Turismo e suas câmaras temáticas; colaboração para implementação do Programa de Regionalização do Turismo; elaboração de Plano para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Pólo do Baixo São Francisco; participação na elaboração do anteprojeto da Lei Geral do Turismo; e participação da construção dos componentes Agenda Ambiental, Plano de Ação Integrada, Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica/AAE para o setor do Turismo, no Projeto de Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental/TAL Ambiental, da reforma programática de governo

Apoio à Implantação de Infra-estrutura nos Pólos Ecoturísticos

Em 2005 foram executadas obras de infra-estrutura nos Pólos da Amazônia, em apoio ao ecoturismo: 5 Centros de Atendimento ao Turista no Amazonas – CATs; 4 Terminais Fluviais Turísticos – TFTs, também no Amazonas; revitalização do Porto de Belém e implementação de infra-estrutura no Parque Ambiental de Belém/PA; elaboração de projetos para implantação de infra-estrutura de uso turístico para os Parques Estaduais do Cantão e Jalapão; e implantação de melhorias de urbanização e estruturas de turismo ecológico na Lagoa da Confusão/Tocantins.

Capacitação e Assistência Técnica em Pólos de Ecoturismo na Amazônia (Proecotur)

Em 2005 foram realizados 45 cursos de qualificação técnica em Qualidade no Atendimento, Noções Básicas de Condução de Visitantes em Áreas Naturais e Noções de Planejamento e Gestão de Negócios em Ecoturismo, em 15 localidades: Rio Branco e Cruzeiro do Sul (Acre); Cantão e Jalapão (Tocantins); Alta Floresta e Cáceres (Mato Grosso); Belém, Salinas e Santarém (Pará); Cururupu (Maranhão); Boa Vista (Roraima); Macapá

(Amapá); Manaus e Parintins (Amazonas); Porto Velho (Rondônia). Foram capacitados 1.235 participantes oriundos de, aproximadamente, 100 municípios da Amazônia Legal.

Capacitação para o Ecoturismo

Em 2005 foi iniciado processo de articulação para terceirização de cursos de capacitação em áreas selecionadas. Encontra-se em andamento, a contratação de consultor para elaborar manual de capacitação em ecoturismo, que contemplará as diretrizes para qualificação e definição de temas, conteúdos, carga horária e metodologia a ser empregada, tendo como finalidade orientar tecnicamente e apoiar os órgãos governamentais e não-governamentais.

Implantação de Sistema de Informações Georreferenciadas para o Desenvolvimento do Ecoturismo

Os resultados desta ação em 2005 foram: operacionalização do Sistema com a utilização das capacidades técnicas instaladas e com os arranjos institucionais internos e externos e apoio de parceiros para o desenvolvimento das ferramentas lógicas (banco de dados, *softwares*) na superação de carências; levantamento e coleta de dados em campo para a sistematização e espacialização das informações; formalização dos acordos de parceria técnica para o desenvolvimento da ação com o Ibama, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM, e parceiros internos do MMA (Programa de Zoneamento Ecológico Econômico/ZEE e Programa de Áreas Protegidas); realização de levantamentos de informações georreferenciadas e elaboração dos mapas preliminares de: (i) roteiros ecoturísticos, com pictogramas da área piloto (APA Delta do Parnaíba); (ii) potencialidades ecoturísticas por atrativo da área piloto (APA Delta do Parnaíba); (iii) potencialidades ecoturísticas por Unidade de Paisagem da área piloto (APA Delta do Parnaíba); e desenho do projeto técnico, arquitetura do sistema, revisão da metodologia de desenvolvimento do Sistema de Informações Georreferenciadas/SIG e elaboração de um protótipo inicial, com as primeiras funcionalidades do Sistema.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS EM 2005

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DESTINAÇÃO	TIPO DE TRANSFERÊNCIA VALORES EM R\$ MIL		TOTAL
		Voluntárias (convênios e contratos de repasse) Tipo 5	Entidades sem fins lucrativos Tipo 6	
ACRE	Ao Estado	5.747.860,90	141.993,80	5.889.854,70
	Aos Municípios	122.348,00	-	122.348,00
ALAGOAS	Ao Estado	2.009.655,34	-	2.009.655,34
	Aos Municípios	74.230,00	-	74.230,00
AMAZONAS	Ao Estado	1.965.799,65	583.119,70	2.548.919,35
	Aos Municípios	311.012,00	-	311.012,00
AMAPÁ	Ao Estado	6.900,00	86.968,00	93.868,00
	Aos Municípios	-	-	-
BAHIA	Ao Estado	3.194.604,53	1.863.767,81	5.058.372,34
	Aos Municípios	142.107,68	-	142.107,68
CEARÁ	Ao Estado	1.589.999,76	539.376,00	2.129.375,76
	Aos Municípios	158.900,00	-	158.900,00
DISTRITO FEDERAL	-	63.500,00	3.184.810,57	3.248.310,57
ESPIRITO SANTO	Ao Estado	759.356,00	219.619,49	978.975,49
	Aos Municípios	33.096,53	-	33.096,53
GOÍAS	Ao Estado	896.408,33	536.087,00	1.432.495,33
	Aos Municípios	442.369,00	-	442.369,00
MARANHÃO	Ao Estado	391.320,00	246.617,00	637.937,00
	Aos Municípios	-	-	-
MINAS GERAIS	Ao Estado	6.018.560,00	2.094.471,50	8.113.031,50
	Aos Municípios	928.561,84	-	928.561,84
MATO GROSSO DO SUL	Ao Estado	609.720,00	226.162,00	835.882,00
	Aos Municípios	104.400,00	-	104.400,00
MATO GROSSO	Ao Estado	519.538,00	-	519.538,00
	Aos Municípios	687.749,00	-	687.749,00
PARÁ	Ao Estado	32.383,32	573.233,00	605.616,32
	Aos Municípios	578.068,00	-	578.068,00
PARAÍBA	Ao Estado	1.818.170,40	82.000,00	1.900.170,40
	Aos Municípios	-	-	-
PERNAMBUCO	Ao Estado	1.374.475,69	816.030,10	2.190.505,79
	Aos Municípios	-	-	-
PIAUI	Ao Estado	1.852.593,87	34.247,00	1.886.840,87
	Aos Municípios	-	-	-
PARANÁ	Ao Estado	2.008.401,14	1.507.215,00	3.515.616,14
	Aos Municípios	103.400,00	-	103.400,00
RIO DE JANEIRO	Ao Estado	391.184,00	9.058.852,73	9.450.036,73
	Aos Municípios	-	-	-
RIO GRANDE DO NORTE	Ao Estado	2.772.274,76	277.206,00	3.049.480,76
	Aos Municípios	-	-	-
RONDÔNIA	Ao Estado	128.254,00	-	128.254,00
	Aos Municípios	183.801,00	-	183.801,00
RORAIMA	Ao Estado	103.257,00	-	103.257,00
	Aos Municípios	161.363,00	-	161.363,00
RIO GRANDE DO SUL	Ao Estado	484.911,00	808.914,00	1.293.825,00
	Aos Municípios	-	-	-
SANTA CATARINA	Ao Estado	1.170.713,00	545.291,88	1.716.004,88
	Aos Municípios	110.980,00	-	110.980,00
SERGIPE	Ao Estado	1.703.020,67	-	1.703.020,67
	Aos Municípios	-	-	-
SÃO PAULO	Ao Estado	1.625.200,00	3.185.354,30	4.810.554,30
	Aos Municípios	48.029,00	-	48.029,00
TOCANTINS	Ao Estado	1.619.355,80	-	1.619.355,80
	Aos Municípios	191.934,00	-	191.934,00
TOTAIS	Aos Estados	40.857.417,16	26.611.336,88	67.468.754,04
	Aos Municípios	4.382.349,05	-	4.382.349,05
	TOTAL GERAL	45.239.766,21	26.611.336,88	71.851.103,09

Fonte: Coordenação Geral de Finanças do MMA/Siafi

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
0502 Amazônia Sustentável						
Objetivo: Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais				GERENTE: GILNEY AMORIM VIANA		
6061 (A)	FOMENTO A PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)					
Produto:	PROJETO APOIADO		Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	135,0	45,0 (5)	33,33 %	30,0	40,0	133,33 %
Financeiro	43.470.383	4.860.391	11,18 %	16.998.578	2.700.391	15,89 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente (0010) Físico (40,0) Financeiro (R\$ 2.700.391) <p>Informamos que, do montante dos recursos realizados, R\$ 2.261.002,00 (R\$ 2.206.502,00 - fonte 195 e R\$ 54.500,00 - fonte 3142) foram utilizados pela Ação 6065 - Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia (Programa Piloto), executado pelo Ibama. Os recursos relativos a fonte 195 são oriundos de Acordo entre MMA e Cooperação Financeira Alemã (KfW). Os da fonte 3142 correspondem a contrapartida do governo brasileiro ao referido Acordo.</p> <p>No âmbito da Ação 6061 temos ainda a execução de recursos financeiros previstos na fonte 195 da LOA 2005 que não são inseridos no SIAFI. Tal situação está respaldada no Acordo de Cooperação Financeira Oficial Alemanha-Brasil, vigente desde julho de 1995 (Decreto Legislativo nº109, publicado do Diário Oficial de 18 de setembro de 1995) e no Contrato de Contribuição Financeira entre o Banco Alemão (KfW) e o Banco do Brasil, datado de 06 julho de 1995. A forma de operação desses recursos se dá por meio de repasse direto dos recursos do KfW aos beneficiários finais, por meio de contrato, via Banco do Brasil. Considerando o exposto, informamos que no período de junho a dezembro de 2005 também foram realizados o montante de R\$ 4.018.606,84, do total previsto na fonte 195, não contabilizados pelo SIAFI.</p> <p>Informamos que os valores de dezembro ainda não foram atualizados no sistema, gerando a diferença de R\$990.081,00 entre o realizado e o valor pago, como pode ser visto na planilha.</p>						
6064 (A)	FOMENTO AO MANEJO FLORESTAL NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)					
Produto:	área manejada		Unidade de Medida:	ha		
Físico	65.010,0	65.000,0	99,98 %	50.000,0	50.000,0	100,00 %
Financeiro	15.484.870	8.335.375	53,83 %	4.070.000	3.536.350	86,89 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> Na Região Norte - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (0010) Físico (50.000,0) Financeiro (R\$ 3.536.350) <p>A baixa execução financeira do Projeto apresentada no exercício 2005 é resultado do fato que os recursos gastos em 2005 são oriundos de recursos financeiros resmanescentes do ano de 2004 na modalidade restos a pagar, cujo gasto foi de R\$ 572.000 até 31.09.2005. Além disso, em função de Projeto executar as ações do componente 3 - Controle e Monitoramento e Componente 2 - Iniciativas Promissoras de forma descentralizada junto a Coordenação Geral de Gestão dos Recursos Florestais - CGREF e Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia - CENAFLO, da Diretoria de Florestas do Ibama, os quais possuem um quadro técnico reduzido, algumas ações do Projeto não foram realizadas refletindo na baixa execução financeira nos exercícios de 2004 e 2005. Com saída dos consultores contratados via PNUD desde o início do ProManejo com larga experiência e grande capacidade técnica para execução das ações do Projeto, por servidores temporários do Ibama contratados via concurso público com pouco ou nenhuma experiência em projetos de cooperação internacional, resultaram em profissionais com perfil inadequado para as funções técnicas e administrativas financeiras, fator este que refletiu na baixa execução financeira neste período comparado com os anos anteriores. Dos 11 servidores temporários, cinco (5) rescindiram seus contratos e não foi possível substituí-los devido a finalização do prazo de chamada de outros concursados. Essa deficiência de recursos humanos lotado no Projeto contribuíram para baixa execução financeira no ano de 2005. A situação de recursos humanos no projeto deve agravar ainda em 2006 com saída de dois servidores temporários para assumirem como servidores de carreira do Ibama (concurso público de 2005) sem que haja garantias da substituição dos mesmos, além do não atendimento de lotação de novos servidores de carreira do órgão para execução do ProManejo para suprir a deficiência de profissionais da área técnica e administrativa via concurso público, já que existem restrições legais de contratação de técnicos pelos projetos de cooperação internacional.</p>						
0499 Áreas Protegidas do Brasil						
Objetivo: Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes				GERENTE: JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO		
2950 (A)	FOMENTO A PROJETOS ORIENTADOS AO MANEJO E CONSOLIDAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS					
Produto:	PROJETO APOIADO		Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	52,0	42,0	80,77 %	11,0	17,0	154,55 %
Financeiro	12.400.000	3.585.387	28,91 %	2.600.000	1.375.215	52,89 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Fundo Nacional de Meio Ambiente (0001) Físico (17,0) Financeiro (R\$ 1.375.215) <p>A ação 2950 do Programa 0499 teve como dotação orçamentária na LOA 2005 o valor de R\$ 2.600.000,00, sendo que inicialmente foram previstos 11 projetos a serem apoiados. Esses projetos foram orçados tendo como valor médio R\$ 237.000,00, valor esse correspondente a média de 3 anos que o concedente descentraliza ano por ano. Como o orçamento é anual, os valores previstos a cada ano no plano de trabalho somente serão descentralizados com relação ao orçamento do ano correspondente. Assim, a execução física dos projetos ultrapassou ao que foi previsto na LOA, pois os valores correspondente ao ano (exercício financeiro) são em média equivalente a um terço do valor de cada projeto.</p> <p>A execução orçamentária do exercício de 2005 apoiou 14 convênios novos e 14 termos aditivos (convênios de anos anteriores), sendo que desses 28 convênios 17 receberam recursos financeiros e 11 foram inscritos em Restos a Pagar.</p>						
1080 Combate à Desertificação						
Objetivo: Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação				GERENTE: JOÃO BOSCO SENRA		

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 16/01/2006

(1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2005 + Créditos.
(3) Produto da ação na LOA 2005 + Créditos diferente no PPA.
(4) O produto da LOA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
(5) Foi considerada a marcação da cumulatividade da meta do exercício de 2005.
(6) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004 + Créditos.

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
09HF (OE) APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO NAS ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO						
Produto: ESTADO APOIADO			Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	16,0	10,0	62,50 %	10,0	10,0	100,00 %
Financeiro	7.334.441	1.827.981	24,92 %	4.997.981	1.827.981	36,57 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Na Região Nordeste - Ministério do Meio Ambiente (0020) Físico (9,0) Financeiro (R\$ 1.712.981) As atividades referentes a esta ação seguiram a mesma lógica do processo de elaboração do PAN-Brasil, ou seja, buscaram ampliar a internalização do tema "combate à desertificação" no âmbito regional, tanto dos governos estaduais como da sociedade civil. Por isso, buscou-se apoiar atividades que permitissem um maior envolvimento dos grupos sociais impactados e que gerassem a ampliação do conhecimento por parte dos atores locais. Foi nesse sentido, apesar do forte contingenciamento havido, destaca-se que conseguiu-se realizar as seguintes atividades: Realização da X Reunião Regional dos Países da América Latina e Caribe no estado do Maranhão - desta reunião regional, participaram os Pontos Focais de 32 países (entre os quais 2 Ministros de Estado e 3 Vice-Ministros), representantes dos principais organismos financeiros (BIRD, Mec. Global, GEF) e de Cooperação Técnica (PNUMA, IICA, PNUD, GTZ, FAO e OEA). Neste Evento, também organizamos, em conjunto com o Governo do Estado e com a Articulação no Semi-Árido, um Evento Paralelo, voltado à ampliar o envolvimento das organizações da sociedade civil, que contou com participação de aproximadamente 60 pessoas. Ainda na Agenda Internacional, organizamos um Side Event durante a 7 Conferência das Partes de Combate à Desertificação, em Nairobi, para a apresentação do PAN-Brasil. Este Evento contou com a participação de 60 pessoas, entre Pontos Focais de outros países e Ministros de Estado. Com os Governos dos Estados, ampliamos e estreitamos o diálogo. Apoiamos a elaboração de projetos para serem apresentados aos órgãos financiadores. Assinamos Termo de Cooperação Técnica com os Governos dos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Além disso, prestamos cooperação técnica para a elaboração do Panorama da Desertificação em 09 Estados. Intermediamos as negociações de Projetos Executivos de Combate à Desertificação dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia junto ao Programa de Revitalização do Rio São Francisco. Organizamos e realizamos uma missão com vários programas dos Ministérios para o Núcleo Desertificação de Gilbués, com vistas a promover a integração das várias ações governamentais e de organizações não-governamentais no núcleo. Participaram desta missão 22 pessoas, representando 06 Ministérios e 16 organizações da sociedade civil e de organismo de cooperação internacional. Elaboramos, negociamos e aprovamos um Programa de Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, com o objetivo de contribuir com a implementação de ações de combate à desertificação nas áreas susceptíveis. Portanto, apesar do contingenciamento foi possível a realização de diversas atividades previstas devido as parcerias formalizadas com os Estados e Municípios e outros órgãos governamentais. • No Estado de Minas Gerais - Ministério do Meio Ambiente (0031) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 115.000) Apesar do contingenciamento havido, foi possível realizar as seguintes atividades: apoio a inclusão do tema Combate à Desertificação nos PPAs de 4 municípios do Norte de Minas Gerais e apoio a elaboração do Programa de Segurança Hídrica para o Norte de Minas Gerais. Apoiamos a elaboração da proposta de construção de 140 cisternas para captação de água de chuva. Esta proposta originou-se da palestra proferida durante o Seminário de Captação de Água-de-Chuva para o Abastecimento Doméstico no Semi-Árido Mineiro, ocorrido na cidade de Diamantina. Organizamos uma reunião com a participação de três prefeituras, com vistas à formação de um consórcio para atuação conjunta de combate à desertificação. Apoiamos as atividades de preparação institucional para a elaboração do Plano Estadual de Combate à Desertificação. Há que se registrar o interesse dos grupos sociais no Norte de Minas em avançar com as ações de combate à desertificação. Ressalta-se a decisão dos prefeitos de Montes Claros e Porteirinha em articular com os demais prefeitos da região para elaboração de planos municipais integrados. 						
4971 (A) CAPACITAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES LOCAIS PARA COMBATE À DESERTIFICAÇÃO						
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	1.146,0	496,0	43,28 %	250,0	250,0	100,00 %
Financeiro	556.350	222.569	40,01 %	122.568	122.568	100,00 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (250,0) Financeiro (R\$ 122.568) Durante a Realização da X Reunião Regional dos Países da América Latina e Caribe-GRULAC, que contou com a participação de representantes de 32 países, apoiamos um Evento Paralelo com a participação de representantes de organizações da sociedade civil, onde foram apresentadas e discutidas questões referentes aos processos de desertificação no semi-árido brasileiro e na América Latina e Caribe, assim como os impactos das mudanças climáticas no semi-árido e as medidas de prevenção e mitigação desenvolvidas pela Articulação no Semi-Árido (ASA). Elaboramos e organizamos, junto com o governo da Paraíba, o I Encontro Estadual de Combate à Desertificação, que contou com participação de representantes de prefeituras impactadas pela desertificação no estado, mais representantes de órgãos estaduais e grupos sociais. Organizamos o Treinamento de Gestão e Captação de Recursos para atores diretamente envolvidos na construção do PAN Brasil. Este treinamento contou com a participação de Pontos Focais Estaduais (governo e Sociedade civil), assessores de Pontos Focais Parlamentares, representantes de Organizações da sociedade civil. Treinamento de técnicos no Sistema de Gestão de Indicadores em Desertificação - SIGINDEX. Os técnicos foram capacitados para manusear o sistema de gestão de indicadores em desertificação, bem como gerar cenários e mapas referentes ao avanço do processo de desertificação. 						

1145 Comunidades Tradicionais

GERENTE: GILNEY AMORIM VIANA

Objetivo: Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental

0778 (OE) APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA

Produto: organização apoiada

Unidade de Medida:

UNIDADE

Físico	394,0	86,0	21,83 %	85,0	84,0	98,82 %
Financeiro	21.880.145	8.817.149	40,30 %	5.439.768	2.977.080	54,73 %

Comentários:

- Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente (0010) Físico (84,0) Financeiro (R\$ 2.977.080)
Dos R\$ 5.439.768,00 aprovados em Lei para apoiar 85 organizações, R\$ 3.121.462,00 foram reservados para "Pagamento de Pessoal Temporário do MMA" (elemento de despesa 3390.04.00) cujo credor do recurso é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA. Além disso, R\$ 1.863.306,00 foram contingenciados e não foram liberados para execução da ação. Assim sendo, os recursos que sobram para apoiar as organizações foi de R\$ 455.000,00, dos quais apenas R\$ 417.000,00 foram efetivamente liberados para isso.
Contudo, no ano de 2005 priorizamos o apoio à pequenos projetos (até R\$ 5.000,00), o que possibilitou apoiar 83 organizações com esse tipo de projeto, mais uma organização com um projeto de R\$ 99.883,75, atingindo assim a meta prevista na LOA 2005.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 16/01/2006

(1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2005 + Créditos.
(3) Produto da ação na LOA 2005 + Créditos diferente no PPA.
(4) O produto da LOA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
(5) Foi considerada a marcação da cumulatividade da meta do exercício de 2005.
(6) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004 + Créditos.

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
<p>Em síntese, do total de recursos previstos em Lei, 35,29% foram executados para pagamento de salário de pessoal temporário contratados pela SDS, 34,25% foram contingenciados, 22,78% não foram executados e 7,66% foram efetivamente executados no "apoio a organizações".</p>						
6040 (A) ASSISTÊNCIA TÉCNICA À PRODUÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA						
Produto:	PRODUTOR ASSISTIDO		Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	26.530,0	4.802,0	18,10 %	4.930,0	2.342,0	47,51 %
Financeiro	3.853.217	1.084.614	28,15 %	708.246	561.461	79,27 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente (0010) Físico (2.342,0) Financeiro (R\$ 561.461) <p>Não houve execução física referente ao recurso realizado no mês de maio (R\$ 34.421,00), pois ele não foi destinado para atividades finalísticas, mas sim para pagamento de "Auxílio Alimentação de Pessoal Contratado Temporariamente pelo MMA" (elemento de despesa 3390.46.00) cujo credor é a Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração-SPOA. Embora não tenhamos resultados físicos nesse mês, os técnicos da CEX pagos com esses recursos realizaram atividades rotineiras da coordenação, como análise de novos projetos, revisão de roteiro para elaboração de prestação de contas de projetos, participação de diversos grupos de trabalhos internos e externos ao MMA, entre diversas outras atividades.</p> <p>Originalmente nesta ação as atividades de assistência técnica abrangiam desde a articulação com de órgão e entidades de assistência técnica para atender os produtores extrativistas, até a contratação de técnicos para trabalhos específicos ou a disponibilização de técnicos da CEX para assistir os beneficiários do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Agroextrativismo-PRODEX. Particularmente esta última atividade fazia com que as metas físicas para esta ação fossem elevadas, pois geralmente os produtores a serem assistidos residem em comunidades muito próximas, dada o caráter do PRODEX que apenas financiava projetos através de associações. Desta forma, o custo para assistir vários produtores era relativamente pequeno, já que os gastos com deslocamento são menores. Contudo, o PRODEX foi extinto em 2004 e com isso a necessidade de assistir tecnicamente os seus beneficiários deixou de existir. No entanto, a meta dessa ação não foi alterada para o ano de 2005, permanecendo demasiada elevada para seu alcance sem a assistência ao extinto programa.</p> <p>Desta forma, o alcance da meta estabelecida para o ano de 2005 não foi possível. No total foram assistidos 2.342 produtores no que se refere a elaboração e execução de projetos, assim como na elaboração de plano de manejo, realização de estudos técnicos, apoio na articulação com diversas entidades governamentais e não governamentais, entre outros.</p> <p>Destaca-se que esta ação foi extinta no processo de revisão do programa em 2005, sendo que na Lei Orçamentária de 2006 ela não aparecerá.</p> <p>Esta ação deve ter a sua previsão de execução física corrigida, pois dos R\$ 708.246,00 aprovados em Lei para assistir 4.930 produtores, R\$ 385.993,00 ficaram reservados para pagamento de pessoal temporário (elemento de despesa 3390.04.00) cujo credor é a SPOA, dos quais R\$ 260.921,00 foram utilizados. Além disso, R\$ 59.038,00 foram contingenciados e não liberados para execução.</p> <p>Assim sendo, sobriariam para executar na assistência de produtores, R\$ 322.253,00, dos quais foram liberados para execução apenas R\$ 265.468,00. Considerando que o valor médio de apoio para assistir cada produtor é de 143,66 [relação entre o valor financeiro total aprovado em Lei (R\$ 708.246,00) e o número total de produtor assistido (4.930)], deve-se corrigir a previsão para 1.847 (R\$265.468,00 /143,66).</p> <p>Desta forma, esta ação ficou acima da nova previsão, já que foi executado 126% da meta.</p>						
6060 (A) CAPACITAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS						
Produto:	PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	3.772,0	478,0	12,67 %	1.275,0	478,0	37,49 %
Financeiro	3.252.275	532.461	16,37 %	799.286	467.668	58,51 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (0001) Físico (157,0) Financeiro (R\$ 9.890) <p>Em virtude do contingenciamento orçamentário do IBAMA, algumas ações foram priorizadas e esta especificamente foi executada parcialmente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente (0010) Físico (321,0) Financeiro (R\$ 457.778) <p>Deve ter ocorrido algum equívoco na definição da meta física desta ação, pois do jeito que está o custo médio de cada pessoa capacitada é R\$ 17.706,15. Este custo é demasiado alto e não reflete a realidade. Pelas estimativas da CEX o custo médio de uma pessoa capacitada é de R\$ 228,00. Assim, uma previsão mais coerente seria estabelecer o total de 3.106 disponibilizado para esse fim.</p> <p>Contudo, dos R\$ 708.246,00 aprovados em Lei para esta ação, R\$ 385.993,00 foram utilizados para "Pagamento de Auxílio Alimentação de Pessoal Contratado Temporariamente pelo MMA" (elemento de despesa 3390.04.00) cujo credor do recurso é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA. Além disso, 250.468,00 ficaram contingenciados e não foram liberados para execução. Assim sendo, sobriaram apenas R\$ 71.785,00 para executar na capacitação de pessoas.</p> <p>Desta forma, considerando que o custo médio de cada pessoa capacitada é de R\$ 228,00, a previsão com os recursos efetivamente liberados seria, aproximadamente, 314 pessoas capacitadas (R\$ 71.785,00/R\$ 228,00).</p>						
6087 (A) FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS						
Produto:	PROJETO APOIADO		Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	28,0	1,0	3,57 %	10,0	1,0	10,00 %
Financeiro	6.746.106	680.594	10,09 %	1.400.005	124.882	8,92 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Fundo Nacional de Meio Ambiente (0001) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 124.882) <p>A ação 6087 do Programa 1145 teve como dotação orçamentária na LOA 2005 o valor de R\$ 1.500.005,00, sendo que inicialmente foram previstos 10 projetos a serem apoiados. Esses projetos foram orçados tendo como valor médio R\$ 150.000,50, valor esse correspondente a média de 3 anos que o concedente descentraliza ano por ano. Como o orçamento é anual, os valores previstos a cada ano no plano de trabalho somente serão descentralizados com relação ao orçamento do ano correspondente. Com o decreto de 30 de março, publicado no DOU de 31 de março, seção 1, foi cancelado o valor de R\$ 1.125.000,00 da fonte 0985 - Desvinculação Parcial de Recursos e Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural, ficando disponível apenas R\$ 375.005,00.</p> <p>A execução orçamentária do exercício de 2005 apoiou 1 convênio novo e 1 termo aditivo (convênio de ano anterior), sendo que desses 1 convênio recebeu recursos financeiros e 1 ficou inscrito em restos a pagar.</p>						
6230 (A) GESTÃO AMBIENTAL EM TERRAS QUILOMBOLAS						
Produto:	COMUNIDADE ATENDIDA		Unidade de Medida:	UNIDADE		
<p>FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO</p> <p style="text-align: center;">P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária GERENTES ATUAIS</p> <p>Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento SIAFI - até 16/01/2006</p>						

(1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2005 + Créditos.
(3) Produto da ação na LOA 2005 + Créditos diferente no PPA.
(4) O produto da LOA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
(5) Foi considerada a marcação da cumulatividade da meta do exercício de 2005.
(6) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004 + Créditos.

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
Físico	59,0	41,0	69,49 %	22,0	37,0	168,18 %
Financeiro	3.832.456	743.297	19,39 %	767.686	668.927	87,14 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente (0010) Físico (37,0) Financeiro (R\$ 596.547) Dos R\$ 667.686,00 aprovados em Lei para atender 20 comunidades quilombolas, R\$ 363.889,00 foram utilizados no "Pagamento de Salário de Pessoal Contratado Temporariamente pelo MMA" (elemento de despesa 3390.04.00) cujo credor dos recursos é a Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração-SPOA. Os recursos registrados nos meses de abril, maio e setembro foram utilizados integralmente para pagamento de salário, por isso não há execução física correspondente. Além disso, R\$ 138.797,00 foram contingenciados, não sendo liberados para execução. Assim sendo, foram executados no atendimento às comunidades, apenas R\$ 232.658,00. Mesmo com a redução de recursos destinados diretamente para as comunidades, foi possível ultrapassar a meta estabelecida, uma vez que o programa ampliou sua forma de trabalho, atuando através de capacitações, projetos pequenos (até R\$ 5.000,00) e grandes (até R\$ 100.000,00), fato que não estava previsto na época da definição da meta. • Na Região Centro-Oeste - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (0050) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 72.380) 						

1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros GERENTE: JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

Objetivo: Conservar e recuperar os biomas brasileiros da Amazônia, Mata Atlântica e Campos Sulinos, do Cerrado e Caatinga e da Zona Costeira e Marinha

6454 (A) RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Produto: AREA RECUPERADA Unidade de Medida: ha

Físico	1.874,0	420,0	22,41 %	1.674,0	320,0	19,12 %
Financeiro	47.638.948	270.236	0,57 %	580.000	100.000	17,24 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (320,0) Financeiro (R\$ 100.000)
- Recuperação de Áreas Degradadas - Distrito Federal - Ministério do Meio Ambiente (0002) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
- Recuperação de Áreas Degradadas - Entre Rios-BA (Recuperação dos Manguezais) - Ministério do Meio Ambiente (0008) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
- Recuperação de Áreas Degradadas - Queimadas-BA (Bacia do Rio Itapicuru Mirim) - Ministério do Meio Ambiente (0010) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
- Recuperação de Áreas Degradadas - Volta Redonda-RJ (Mata Ciliar do Rio Paraíba do Sul) - Ministério do Meio Ambiente (0012) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)

1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER GERENTE: CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Objetivo: Reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca

8695 (A) DESSALINIZAÇÃO DE ÁGUA - ÁGUA DOCE

Produto: Poço dessalinizado Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	1.180,0	9,0	0,76 %	600,0	9,0	1,50 %
Financeiro	1.334.815	119.315	8,94 %	419.315	119.315	28,45 %

Comentários:

- Na Região Nordeste - Ministério do Meio Ambiente (0020) Físico (8,0) Financeiro (R\$ 109.315)
- A meta de 580 equipamentos de dessalinização a serem recuperados foi incluída na previsão inicial devido a um equívoco, já que corresponde a 1/3 da meta total da ação para recuperação de equipamentos, não podendo, portanto, ser atingida com os recursos previstos. A meta a ser atingida, com os recursos orçamentários previstos, é de 8 (oito) equipamentos de dessalinização, em Pernambuco e na Bahia, em complemento ao Convênio para atividades de gestão, em execução nestas localidades. Ressalte-se que, por razões de ordem técnica, a denominação "poço dessalinizado" para o produto não é a mais adequada, devendo ser objeto de análise por ocasião da revisão do PPA.
- Apesar das restrições orçamentárias/contingenciamento, vêm sendo desenvolvidas atividades de gestão e apoio técnico à implementação da ação, além de captação de recursos junto a parceiros públicos e privados que vêm alavancando a execução da ação e permitindo as seguintes atividades:
 - Realização de Oficina de Capacitação em Campina Grande
 - Capacitação de 130 técnicos dos estados, órgãos federais e ongs, nas modalidades: Diagnóstico Técnico de Dessalinizadores; Diagnóstico Sócio-Ambiental de Comunidades; Implantação de Unidades Demonstrativas de Aproveitamento do Concentrado. Os técnicos capacitados executarão as atividades dessa ação e disseminarão os conhecimentos adquiridos;
 - Implantação dos núcleos estaduais da Ação nos estados: AL, PI, PB, PE, BA, CE, RN e SE, faltando implantar núcleos em: MA, MG e ES;
 - Realização dos diagnósticos técnicos e sócio-ambientais nos estados: PB, PE, AL, SE, RN e BA para recuperação de dessalinizadores e implantação do destino adequado do rejeito.
- Na Região Sudeste - Ministério do Meio Ambiente (0030) Físico (1,0) Financeiro (R\$ 10.000)
- A meta de recuperação de 20 equipamentos de dessalinização deveu-se a um equívoco, pois o previsto para esse ano de 2005 é a recuperação de 2 (dois) equipamentos, com os recursos disponíveis. Em razão do contingenciamento, essa meta não pode ser alcançada em sua totalidade. Apesar disso, vêm sendo desenvolvidas atividades de gestão e apoio técnico à implementação dessa Ação, com a utilização de recursos de parcerias. Devido à situação crítica na bacia do rio São Francisco, as atividades realizadas priorizaram localidades naquela bacia.

0511 Gestão da Política de Meio Ambiente GERENTE: SÍLVIO RICARDO DA CÂMARA CANTO BOTELHO

Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente

6037 (A) FORTALECIMENTO E APRIMORAMENTO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Produto: Unidade fortalecida Unidade de Medida: UNIDADE

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 16/01/2006

- (1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
- (2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2005 + Créditos.
- (3) Produto da ação na LOA 2005 + Créditos diferente no PPA.
- (4) O produto da LOA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
- (5) Foi considerada a marcação da cumulatibilidade da meta do exercício de 2005.
- (6) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004 + Créditos.

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
Produto: PROPRIEDADE FISCALIZADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	44.850,0	15.907,0	35,47 %	9.350,0	8.907,0	95,26 %
Financeiro	98.498.825	33.305.410	33,81 %	25.356.490	24.914.194	98,26 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (0001) Físico (8.907,0) Financeiro (R\$ 24.914.194) <p>Em decorrência do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDA, as operações integradas de fiscalização ocorreram de forma bastante intensa na região norte e noroeste do Mato Grosso, no Pará ao longo da BR-163 e Terra do Meio, no Estado de Rondônia, no sul do Amazonas e Amapá, perfazendo um total de 19 operações que contaram com o apoio da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Ambiental dos respectivos estados e do Exército Brasileiro. As operações receberam as informações geradas pelo monitoramento de desmatamentos do DETER, que foram analisadas nas bases operativas e checadas em campo com sobrevôos de reconhecimento através de aeronaves do Ibama e do Exército. Na execução das operações, houve o deslocamento de fiscais, orientados por técnicas de geoprocessamento e GPS, possibilitando uma atuação mais proativa e eficaz, baseada na identificação preliminar de áreas sujeitas a práticas de desmatamentos e queimadas ilegais.</p>						
6074 (A) MANUTENÇÃO DE BRIGADAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS						
Produto: Brigada mantida Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4.300,0	1.000,0	23,26 %	900,0	0,0	N/A
Financeiro	2.578.600	510.000	19,78 %	368.600	0	0,00 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0) <p>O resultado físico da ação foi inviabilizado em decorrência da ausência de recursos financeiros, apresentando realização nula.</p>						
6329 (A) PREVENÇÃO E CONTROLE DE DESMATAMENTOS E INCÊNDIOS FLORESTAIS						
Produto: área monitorada Unidade de Medida: ha						
Físico	11.165.107,0	5.091.280,0 (5)	45,60 %	2.173.075,0	5.091.280,0	234,29 %
Financeiro	59.117.532	18.047.201	30,53 %	14.529.739	13.921.799	95,82 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (0001) Físico (5.091.280,0) Financeiro (R\$ 13.921.799) <p>A previsão inicial de monitoramento seria apenas da área relativa ao Arco da Amazônia, porém a Ação realizou o monitoramento de toda a área correspondente à Amazônia Legal. A unidade de medida utilizada adotada para expressar a área monitorada foi "km2" (quilômetro quadrado).</p>						
1270 Proambiente		GERENTE: GILNEY AMORIM VIANA				
Objetivo: Promover o desenvolvimento rural integrado, por meio do controle social, gestão participativa, ordenamento territorial, mudanças qualitativas de uso da terra e prestação de serviços ambientais						
0794 (OE) APOIO À IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS PIONEIROS DO PROAMBIENTE NA AMAZÔNIA LEGAL						
Produto: FAMÍLIA ATENDIDA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	34,0	19.350,0	56.911,76 %	3.014,0	3.850,0	127,74 %
Financeiro	3.608.946	1.342.668	37,20 %	833.050	542.668	65,14 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (3.850,0) Financeiro (R\$ 542.668) <p>Como já ocorreu em 2004, o indicador de 10.000 famílias foi estimado muito alto, e já naquele ano havia sido recomendada a alteração do indicador para 5.000 famílias, que seria condizente com o número de Pólos implantados e o número máximo esperado de famílias por Pólo (11 Pólos e 500 famílias, respectivamente). Devido ao demorado processo inerente à construção participativa do Proambiente, foi observada uma evasão de famílias do Programa em praticamente todos os Pólos. Além disso, a etapa executada do Proambiente em 2004 foi uma etapa de cadastramento e diagnóstico das famílias beneficiárias, após a análise dos dados levantados nessa etapa o número de famílias elegíveis ao Programa decresceu nos Pólos. Por isso foram efetivamente envolvidas em cada Pólo cerca de 350 famílias em média, o que ainda permanece dentro do esperado e acima do número mínimo exigido pela metodologia para a consolidação de um Pólo, que é de 250 famílias.</p> <ul style="list-style-type: none"> • No Estado do Maranhão - Ministério do Meio Ambiente (0021) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0) 						
7621 (P) IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL RURAL (GESTAR)						
Produto: unidade implantada Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	10,0	7,0	70,00 %	3,0	4,0	133,33 %
Financeiro	1.618.292	1.499.292	92,65 %	1.438.292	1.319.292	91,73 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (4,0) Financeiro (R\$ 1.319.292) <p>Durante o ano de 2005 foram implantados quatro territórios, um a mais dentro das diretrizes planejadas para esse período. Dentro das prioridades governamentais, o Gestar implantou três territórios na área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR 163. Possuem recursos já repassados e ações em andamento, fortalecendo as ações de outros órgãos de governo na medida em que a sociedade e o poder público local passam a ter um maior empoderamento das políticas e dos recursos públicos. As articulações regionais realizadas pelos parceiros executores do Gestar, tem possibilitado que outros Ministérios atuem conjuntamente com o MMA nos territórios, favorecendo uma visão de base territorial, o que já mostra uma prática transversal e articulada que envolve, além do Governo Federal, as representações estaduais, o poder público local e a sociedade civil organizada. Estando estes motivados a participarem das ações de forma a se aproximar mais das questões ambientais, principalmente da necessidade e importância da gestão ambiental municipal. Essa articulação tem possibilitado também</p>						
FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO						
		P - Projeto	A - Atividade	OE - Operação Especial	NO - Não Orçamentária	GERENTES ATUAIS
Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento						
SIAFI - até 16/01/2006						

(1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2005 + Créditos.
(3) Produto da ação na LOA 2005 + Créditos diferente no PPA.
(4) O produto da LOA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
(5) Foi considerada a marcação da cumulatividade da meta do exercício de 2005.
(6) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004 + Créditos.

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
<p>uma melhor gestão dos recursos públicos, como se constata na formação de fóruns locais, de base territorial, que vai desde a elaboração de projetos até a fiscalização e/ou gestão dos recursos.</p>						

1107 Probacias

GERENTE: JOSÉ MACHADO

Objetivo: Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas

001C (OE) APOIO A PROJETOS PRIORIZADOS PELO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	1,0	0,0	N/A	1,0	0,0	N/A
Financeiro	1.000	0	0,00 %	1.000	0	0,00 %

Comentários:

• Na Região Sudeste - Agência Nacional de Águas (0030) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
Devido a cobrança pelo usos dos recursos hídricos não ter sido efetivada, na bacia do Rio Doce, justifica-se a não execução orçamentária da ANA, para esta ação. Segundo a Lei no 9.433, de 1997, os Comitês de Bacia Hidrográfica deverão estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, os quais serão submetidos ao respectivo Conselho Estadual ou Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio do corpo d'água em questão. Assim a cobrança só se efetiva após a deliberação do Comitê e aprovação no respectivo Conselho.

1346 Qualidade Ambiental - Procontrole

GERENTE: VICTOR ZULAR ZVEIBIL

Objetivo: Reduzir os impactos de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

6925 (A) LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL

Produto: LICENÇA CONCEDIDA

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	452,0	237,0	52,43 %	232,0	237,0	102,16 %
Financeiro	35.500.000	8.471.034	23,86 %	9.000.000	8.471.034	94,12 %

Comentários:

• Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (0001) Físico (237,0) Financeiro (R\$ 8.471.034)
A previsão inicial do financeiro foi considerado apenas fonte tesouro, uma vez que o realizado está considerado os recursos próprios da Unidade.
70% DA DESPESA REALIZADA FOI PARA ATENDER PASSAGENS E DIÁRIAS COM VISTORIAS, PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SOLICITAÇÕES DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL REFERENTES AOS EMPREENDIMENTOS EM FASE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL;
28% DA DESPESA REALIZADA ATENDEU O COMPROMISSO FIRMADO COM O PROJETO BRA 02/011/PNUD INTITULADO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL REFERENTE AO ACORDO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMO INTERNACIONAL;
2% DA DESPESA REALIZADA FOI DESTINADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

11MA (P) MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Produto: SISTEMA MODERNIZADO

Unidade de Medida: % de execução física

Físico	12,0	0,0	N/A	3,0	0,0	N/A
Financeiro	5.029.376	917.300	18,24 %	1.520.000	917.300	60,35 %

Comentários:

• Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 917.300)
Os recursos foram repassados para o Projeto PNUD BRA/00/020 para a execução das atividades em 2006, em virtude de o Ibama encontrar-se inadimplente à época.

8007 Resíduos Sólidos Urbanos

GERENTE: VICTOR ZULAR ZVEIBIL

Objetivo: Proporcionar meios para a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, bem como promover a inserção social de catadores de materiais recicláveis.

09HU (OE) APOIO À ELABORAÇÃO DE PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREAS URBANAS COM POPULAÇÃO ENTRE 30 MIL E 250 MIL HABITANTES

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	8,0	0,0	N/A	4,0	0,0	N/A
Financeiro	2.679.760	671.181	25,05 %	671.181	671.181	100,00 %

Comentários:

• Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 671.181)
A Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos/MMA, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e em parceria com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco e o Ministério da Integração Nacional, realizou o apoio à elaboração, capacitação e seleção de projetos pelo Edital FNMA nº 07/2005, intitulado "Fomento a projetos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos na bacia do São Francisco".
Serão aplicados R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de Reais), por intermédio de apoio financeiro e técnico a projetos em duas chamadas. Participaram do processo de seleção do edital, entidades públicas municipais da administração direta ou consórcios intermunicipais ou associação de municípios, exclusivamente com sede de municípios localizados na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 16/01/2006

(1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2005 + Créditos.
(3) Produto da ação na LOA 2005 + Créditos diferente no PPA.
(4) O produto da LOA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
(5) Foi considerada a marcação da cumulatividade da meta do exercício de 2005.
(6) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004 + Créditos.

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
<p>Cada município, inclusive os associados e/ou consorciados, somente puderam participar de uma única chamada. Participaram da chamada os municípios que apresentam população entre 30.000 e 250.000 habitantes, segundo dados oficiais do Censo IBGE para o ano 2000. Os consórcios intermunicipais ou associações intermunicipais, também deveriam apresentar a soma das populações entre 30.000 e 250.000 habitantes, que é a faixa de atuação do MMA no Programa Resíduos Sólidos Urbanos.</p> <p>Antes da apresentação dos projetos, foram realizados cursos à distância (de 18/10/2005 a 11/11/2005) e presencial, capacitando os interessados para a apresentação de projetos. O MMA realizou também: levantamento de dados secundários e aplicação junto com a CHESF de questionário para levantamento de dados primários em 22 municípios da Bacia; análise e aprovação dos projetos de demanda espontânea; preparação e coordenação da Oficina Inter-Ministerial para definição de diretrizes de atuação na área de saneamento dentro da Bacia do Rio São Francisco.</p> <p>O resultado do Edital foi publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2005, seção 3, página 130. Os convênios com os municípios selecionados deverão ser celebrados no início de 2006.</p> <p>Referente aos convênios em execução pelo Programa Resíduos Sólidos Urbanos, alguns municípios foram inscritos em restos a pagar em 2003, que não foram pagos no ano seguinte. De forma a sanear essas pendências financeiras, foram alocados recursos provenientes da Secretaria Executiva do MMA para os municípios de Rio Verde (R\$ 300.000,00 em 29/06/2005) e Sorriso (R\$ 317.000,00, em 19/09/2005).</p> <p>Para concluir o pagamento das parcelas ainda em aberto de outros convênios, a SQA solicitou a aprovação de Crédito Suplementar ao Congresso Nacional. Aprovados os créditos em dezembro de 2005, foram alocados recursos no valor total de R\$ 1.258.996,00 para os municípios de Naviraí (R\$ 332.000,00), João Pessoa (R\$ 490.000,00), Cana Verde (R\$ 72.800,00) e Rio Verde (R\$ 364.196,00), que possibilitará o aporte de 100% dos recursos alocados.</p> <p>Além desses municípios, ficou em aberto a alocação de recursos no valor de R\$ 727.000,00 para o município de Novo Gama - GO, convênio celebrado em 2002 com este Ministério, que se enquadra no mesmo caso dos municípios acima citados.</p>						

0780 (OE) APOIO A PROJETOS DE APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DAS EMISSÕES DE METANO RESULTANTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Produto:	PROJETO APOIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	3,0	0,0	N/A	1,0	0,0	N/A
Financeiro	485.440	282.300	58,15 %	10.959	10.959	100,00 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 10.959)
- O Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério das Cidades coordena o "Projeto para Aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento do Limpo (MDL), na Redução de Emissões em Aterros de Resíduos Sólidos", financiado pelo Banco Mundial com recursos de US\$ 979.300,00 oferecidos pelo fundo PHRD (Policy and Human Resources Development Fund) que opera com recursos do Governo Japonês.
- O projeto tem como objetivos:
- 1- Capacitar técnicos de prefeituras para elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e aplicação do MDL em projetos de captação e tratamento de gases gerados em locais de destinação final de resíduos;
- 2- Implantar um portal de informações na rede mundial de computadores com acesso livre, onde as prefeituras, ONG's, Universidades e sociedade civil, possam obter informações sobre gerenciamento de resíduos sólidos, alternativas técnicas, parcerias, fontes de financiamento, MDL e demais matérias afins ao tema;
- 3- Elaborar cerca de 30 Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica para aproveitamento de gases gerados em locais de destinação final de resíduos sólidos, para obtenção de créditos de carbono baseados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo previsto no Protocolo de Quioto.
- Com o contingenciamento, não foi possível apoiar nenhum projeto. Desta forma, no âmbito da ação foram desenvolvidas as seguintes atividades:
- No ano de 2005 foi instituído o Comitê Técnico que tem como função acompanhar, avaliar e propor diretrizes para a perfeita execução do Projeto que contou com a participação de técnicos especializados e analistas ambientais de duas diferentes diretorias do MMA/SQA (Diretoria do Programa de Gerenciamento Ambiental Territorial e Diretoria do Programa de Qualidade Ambiental).
- Elaboração de Edital para a seleção dos municípios que serão beneficiados pelos estudos de viabilidade;
- Realização de uma Vídeo Conferência com transmissão para todas as Unidades da Federação e participação de autoridades dos Governos Federal, Estaduais e Municipais por meio do portal GDLN.
- Seleção de 30 municípios distribuídos entre todas as regiões do País.
- Realização de 03 Oficinas de Capacitação nas cidades de Recife/PE (26/04), Brasília/DF (28/04) e Guarulhos/SP (29/04) para difundir os conceitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aos técnicos das prefeituras e esclarecer eventuais dúvidas sobre o Edital e informação sobre como os municípios podem participar do programa.
- Seleção de entidade para realizar a capacitação dos técnicos municipais e detalhamento da metodologia a ser aplicada nestas oficinas.
- Lançamento de convite público para a seleção dos consultores baseado no CV e critérios técnicos pré-estabelecidos, que participarão da elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica.
- Realizada mais uma vídeo conferência com os municípios selecionados e com os consultores previamente escolhidos, com objetivo de esclarecer dúvidas sobre o início dos trabalhos e a metodologia a ser empregada nas demais etapas do Projeto.

004B (OE) APOIO A PROJETOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES

Produto:	PROJETO APOIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	64,0	6,0	9,38 %	66,0	0,0	N/A
Financeiro	23.223.040	3.956.414	17,04 %	16.926.000	2.860.814	16,90 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 1.258.996)
- Decorrente das emendas individuais e de bancadas, foram celebrados 10 convênios com municípios para apoiar ações na área de Resíduos Sólidos. Das emendas destinadas à Ação "Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 habitantes", foram empenhados R\$ 1.258.818,00.
- Foram apoiados projetos com os seguintes municípios:
- Alfredo Chaves (R\$ 100.000,00), Campo Mourão (R\$ 120.000,00), Cianorte (R\$ 120.000,00), Cornélio Procopio (R\$ 280.000,00), Coronel Fabriciano (R\$ 70.000,00), Dourados (R\$ 150.000,00), Jales (R\$ 100.000,00), Lapa (R\$ 200.000,00) e Paranavai (R\$ 120.000,00).
- Com a execução desses convênios, será possível beneficiar uma população de mais de 600.000 habitantes, distribuídos por 4 estados, contribuindo para o alcance das metas do Programa.
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Estado de São Paulo - Ministério do Meio Ambiente (0002) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Estado do Paraná - Ministério do Meio Ambiente (0040) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 701.818)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Alfredo Chaves-ES - Ministério do Meio Ambiente (0054) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Araxá-MG - Ministério do Meio Ambiente (0056) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Bragança-PA - Ministério do Meio Ambiente (0058) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Catanduva-SP - Ministério do Meio Ambiente (0060) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Cornélio Procopio-PR - Ministério do Meio Ambiente (0062) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 280.000)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Dourados-MS - Ministério do Meio Ambiente (0064) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 150.000)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Estado de Goiás - Ministério do Meio Ambiente (0066) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Indaial-SC - Ministério do Meio Ambiente (0068) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)
- Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Itabaianinha-SE - Ministério do Meio Ambiente (0070) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0)

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 16/01/2006

- (1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
- (2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2005 + Créditos.
- (3) Produto da ação no LOA 2005 + Créditos diferente no PPA.
- (4) O produto da LOA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
- (5) Foi considerada a marcação da cumulatidade da meta do exercício de 2005.
- (6) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004 + Créditos.

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Jales-SP - Ministério do Meio Ambiente (0072) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 100.000) • Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Jau-SP - Ministério do Meio Ambiente (0074) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0) • Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios do Estado do Pará - Ministério do Meio Ambiente (0076) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0) • Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios do Estado do Paraná - Ministério do Meio Ambiente (0078) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 200.000) • Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Cotiporã-RS - Ministério do Meio Ambiente (0080) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0) • Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Coronel Fabriciano-MG - Ministério do Meio Ambiente (0084) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 70.000) • Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Barra Mansa-RJ - Ministério do Meio Ambiente (0086) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 0) 						
86AA (A) CAPACITAÇÃO DE AGENTES PARA A GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS URBANOS						
Produto:	Município capacitado			Unidade de Medida:	UNIDADE	
Físico	155,0	0,0	N/A	50,0	0,0	N/A
Financeiro	1.455.151	400.151	27,50 %	400.151	400.151	100,00 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 400.151) <p>O Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o Ministério das Cidades, FUNASA e Caixa Econômica Federal, com o apoio do Fórum Nacional e Fóruns Estaduais Lixo e Cidadania, promoveram os Seminários Regionais de Resíduos Sólidos com o objetivo de sensibilizar os municípios para a implantação da gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos em todos os municípios brasileiros.</p> <p>Foram realizados 10 Seminários durante o ano de 2005 nas seguintes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Belém, Belo Horizonte, Salvador, Manaus, Fortaleza, Recife e Campo Grande.</p> <p>Os seminários apresentaram um panorama dos resíduos sólidos no Brasil, traçando um breve diagnóstico do manejo dos resíduos sólidos nas cidades brasileiras, apresentando as propostas para as Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos e de Saneamento. Apresentaram também as possibilidades de financiamento, inclusive por meio de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo que permitem obter crédito de carbono para sequestro de gás de aterro sanitário, possibilidades de capacitação, além de exposições sobre Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e sobre o Sistema Nacional de Informação em Saneamento, componente Resíduos Sólidos. Os seminários tiveram como público alvo os gestores municipais envolvidos com ações em resíduos sólidos, associações e cooperativas de catadores, vereadores, órgãos estaduais, conselhos estaduais e municipais e entidades profissionais que tratam do tema, ONGs, universidades e institutos de pesquisa, promotores públicos, deputados, instituições ligadas à construção Civil e outros interessados.</p>						
6459 (A) FOMENTO A PROJETOS DE GERENCIAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES						
Produto:	PROJETO APOIADO			Unidade de Medida:	UNIDADE	
Físico	36,0	0,0	N/A	10,0	0,0	N/A
Financeiro	12.344.999	524.780	4,25 %	3.695.999	524.780	14,20 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Fundo Nacional de Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 524.780) 						
2272 (A) GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA						
Produto:	-			Unidade de Medida:	-	
<i>Ação não possui dados físicos</i>						
Físico	0,0	0,0	N/A	0,0	0,0	N/A
Financeiro	1.079.797	191.125	17,70 %	308.280	109.151	35,41 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 109.151) <p>Com a redução dos limites orçamentários para o Programa e do fluxo irregular de recursos financeiros, a execução do Programa ficou comprometida. Ante essa situação, decidiu-se priorizar atividades de articulação com os parceiros de execução do programa (MDIC, MCI, DAD, MTE), além de outros parceiros como as Organizações Não Governamentais, o Fórum Lixo e Cidadania e outros nos governos federal, estadual e municipal.</p> <p>Representantes do Programa participaram de 37 Congressos, palestras e outros eventos para divulgar o tema Resíduos Sólidos. Para tanto, foram elaborados e impressos 5.000 folders do Programa para divulgação das ações do Programa Resíduos Sólidos Urbanos e de informações sobre fomento ao apoio à elaboração de projetos de Gestão Ambiental. Os folders foram distribuídos nesses eventos por todo o Brasil.</p> <p>Para o acompanhamento das obras dos convênios em vigência e para acompanhamento das prestações de contas dos convênios encerrados, o pessoal técnico do Programa realizou 14 vistorias técnicas.</p> <p>Em relação ao pessoal técnico, houve uma rotatividade intensa, mas que encontra-se estabilizada a partir de dezembro de 2005. A rotatividade de técnicos é prejudicial ao desenvolvimento dos trabalhos, uma vez que o investimento tanto financeiro como técnico realizado pelo Ministério não encontra retorno nos trabalhos desenvolvidos por esses técnicos. Atualmente, o Programa abriga um corpo técnico composto de 01 técnico responsável pela Gerência, 4 Analistas Ambientais e 5 Técnicos Especializados com contrato temporário, que deve se manter durante o ano de 2006, assegurando a continuidade dos serviços iniciados em 2005.</p> <p>No projeto de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, os técnicos do Programa participaram das reuniões do Comitê Interministerial da Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, com objetivo de viabilizar as diversas ações do governo federal, para atender as necessidades dos catadores. As reuniões, coordenadas pelo MDS e MCI, tiveram a participação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR, representantes dos Moradores de Rua, SQA/MMA, FNMA, FUNASA, PETROBRAS, CÁRITAS/DF, MEC, MTE, INSEA-BH, CAIXA, Fundação Banco do Brasil, PANGEA, AVINA - PR, ASMARE. O MMA também participa do Projeto Coleta Seletiva na Esplanada dos Ministérios e optou pela doação dos materiais recicláveis para a Cooperativa de Catadores do DF - COORTRAP. Para apresentar propostas para as demandas mais urgentes dos catadores, foram criados Grupos de Trabalho nas áreas de Habitação, Educação e Geração de Trabalho e Renda.</p>						
6458 (A) SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL URBANA						
Produto:	Acesso realizado			Unidade de Medida:	UNIDADE	
Físico	105.000,0	(4)	N/A	20.000,0	0,0	N/A
Financeiro	170.440	8.960	5,26 %	50.000	3.960	7,92 %
Comentários:						
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro (R\$ 3.960) 						
FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO						
P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não Orçamentária GERENTES ATUAIS						
Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento						
SIAFI - até 16/01/2006						

(1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2005 + Créditos.
(3) Produto da ação na LOA 2005 + Créditos diferente no PPA.
(4) O produto da LOA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
(5) Foi considerada a marcação da cumulatidade da meta do exercício de 2005.
(6) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004 + Créditos.

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
<p>Encontra-se em fase de conclusão o Contrato a ser celebrado com a Caixa Econômica Federal para implantar o sistema computacional SINAPI – Sistema Nacional de pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - capaz de verificar os custos e índices nas áreas de Habitação, Infra-estrutura e Saneamento, com o objetivo de fornecer aos técnicos da SQA/MMA, instrumentos uniformizados para análise de custos na área da construção civil.</p> <p>A LDO de 2005, no Art. 105, determina que os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos orçamentos da União não poderão ser superiores à mediana daqueles constantes do SINAPI.</p> <p>Os recursos dessa ação se destinam à implantação e à manutenção desse sistema, além da capacitação dos usuários internos, de forma a subsidiar os técnicos na avaliação dos projetos para o apoio financeiro aos Estados e Municípios para celebração de novos convênios e para as respectivas análises de prestação de contas. A implantação do SINAPI será de grande importância para o Programa na SQA, visto que ele é composto por um banco de dados de preços mensalmente atualizados, que possibilitará a otimização das análises técnica e orçamentária dos projetos desta Secretaria. O Contrato deverá ser assinado no início do ano de 2006.</p> <p>Para divulgação das ações do Programa Resíduos Sólidos Urbanos e de informações sobre o tema Gestão Ambiental Urbana, foram elaborados e impressos 5.000 folders do Programa Resíduos Sólidos Urbanos. Os folders foram distribuídos nos eventos (37 Congressos, palestras e outros) que os representantes do Programa participaram por todo o Brasil.</p>						

1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental GERENTE: SÍLVIO RICARDO DA CÂMARA CANTO BOTELHO

Objetivo: Revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias

101P (P) RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Produto: Área estabilizada Unidade de Medida: ha

Físico	106.595,0	28.550,0	26,78 %	31.839,0	28.550,0	89,67 %
Financeiro	43.275.600	10.903.773	25,20 %	12.735.600	10.453.773	82,08 %

Comentários:

- Na Região Nordeste - Ministério do Meio Ambiente (0020) Físico (16.000,0) Financeiro (R\$ 7.727.431)

Além dos recursos específicos voltados para a recuperação de áreas degradadas, as atividades relacionadas a esta ação envolvem a efetivação das 5 (cinco) linhas de ação do Programa de Revitalização do São Francisco (Gestão e Monitoramento, Fortalecimento Institucional e Socioambiental, Proteção e Manejo dos Recursos Naturais, Qualidade e Saneamento Ambiental e Economia Sustentável) e boa parte dos seus componentes, através do conjunto de projetos e atividades, listados abaixo, e seus respectivos produtos:

*Plano de estudos para a criação do Parque Nacional do Canyon do São Francisco e da APA de Xingó (área prevista para o parque 16.000 ha).

*Projeto de Monitoramento da Avifauna do Lago de Sobradinho. Produto: Elaboração e publicação de um catálogo de espécies da avifauna do Lago de Sobradinho que ocupa uma área de 4.214 km2.

*Projeto de cadastramento de usuários dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Produto: Efetivação do cadastro de usuários de recursos hídricos nos estados de Sergipe (400 usuários), Pernambuco (15.000 usuários), Alagoas (1.500 usuários) e Bahia (40.000 usuários), todos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Além desse recurso foram disponibilizados pela CODEVASF e pela ANA valores oriundos de outras ações dessas instituições para subsidiar e complementar o cadastramento.

*Projeto de mobilização e integração das Comissões Locais de Meio Ambiente (COLMEIA) nos principais pólos da Bacia, como: Paulo Afonso (BA), Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Barreras (BA). Produto: Instalação de 8 COLMEIAS e mobilização de cerca de 900 lideranças comunitárias para o processo de revitalização.

*Projeto de elaboração do Plano de Ação Estratégica (PAE) para criação e implementação de Unidades de Conservação na região do Rio São Francisco. Produto: Realização de oficinas para criação de Unidades de Conservação municipais em 13 municípios.

*Projeto de implantação do primeiro pólo de Gestão Ambiental Rural do São Francisco – GESTAR-SF1 (Xingó/ Itaparica). Produto: Levantamento dos principais problemas socioambientais do território, englobando 7 municípios.

*Projeto de elaboração, edição e distribuição dos Planos de Turismo Sustentável do baixo, sub-médio, médio e alto São Francisco. Produto: Elaboração, edição e distribuição dos Planos de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável das 4 regiões do São Francisco, sendo editados 3.000 exemplares por região, bem como 2 oficinas preparatórias.

*Projeto de Realização de Oficinas para Capacitação de Municípios para elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos das regiões do Baixo, Médio e Sub-médio São Francisco. Produto: Realização de 5 oficinas de capacitação nas regiões do Baixo, Médio e Sub-Médio São Francisco e elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

*Projeto de Monitoramento e Fiscalização Integrada do Baixo São Francisco no estado de Alagoas. Produto: Implantação do monitoramento e fiscalização integrada do Baixo São Francisco Alagoano, beneficiando 11 municípios e 254.414 habitantes.

*Projeto de Educação Socioambiental no Baixo São Francisco. Produto: Efetivação da educação socioambiental no Baixo São Francisco (19.692 km2).

*Projeto de Elaboração do Plano de Gestão Compartilhada de Acesso e uso dos Recursos Pesqueiros na Bacia do Rio São Francisco. Produto: Elaboração e edição de um Plano de Gestão Compartilhada de Acesso e Uso dos Recursos Pesqueiros na Bacia do Rio São Francisco com a edição de 1.000 exemplares.

*Projeto de Implantação do Corredor Ecológico da Caatinga. Primeira fase da implantação. Produto: Implementação do Corredor Ecológico e implantação do seu Conselho Gestor do Corredor Ecológico da Caatinga.

*Projeto de Estudos e Diagnósticos Mastofaunístico e Avaliação das Populações de Carnívoros na Bacia do São Francisco. Produto: Elaboração e publicação do 1º diagnóstico mastofaunístico do São Francisco, com a edição de 1.000 exemplares.

*Projeto de Execução do Primeiro Festival EcoCultural da Revitalização do São Francisco, com a mobilização de 35.000 pessoas e capacitação de 1.200 lideranças sociais. Produto: Realização do I Festival EcoCultural da Revitalização do Rio São Francisco com a mobilização de 35.000 pessoas e capacitação de 1.200 lideranças sociais.

*Projeto de Desenvolvimento do Agroextrativismo na Região Nordeste do São Francisco. Produto: Execução de 5 projetos pilotos de agroextrativismo.

*Projeto de Integração das Comunidades Tradicionais do São Francisco. Produto: Realização de 3 seminários com as comunidades tradicionais do Rio São Francisco, sendo 1 em cada região da Bacia (baixo, sub-médio e médio).

*Projeto de Apoio e Implantação das Unidades de Conservação Municipais e, elaboração das Campanhas de RPPN's. Produto: Realização de oficina interinstitucional para elaboração do Plano de Ações Estratégicas para criação de Unidades de Conservação e de Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPN's).

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 16/01/2006

(1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
(2) Ação com mais de um produto, conforme LDA 2005 + Créditos.
(3) Produto da ação no LDA 2005 + Créditos diferente no PPA.
(4) O produto da LDA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
(5) Foi considerada a marcação da cumulatibilidade da meta do exercício de 2005.
(6) Ação com mais de um produto, conforme LDA 2004 + Créditos.

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado até 2005 (B)	% (B/A)	LOA 2005 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2005 (D)	% (D/C)
<ul style="list-style-type: none"> Na Região Sudeste - Ministério do Meio Ambiente (0030) Físico (12.550,0) Financeiro (R\$ 2.726.342) <p>Além dos recursos específicos voltados para a recuperação de áreas degradadas, as atividades relacionadas a esta ação envolvem a efetivação das 5 (cinco) linhas de ação do Programa de Revitalização do São Francisco (Gestão e Monitoramento, Fortalecimento Institucional e Socioambiental, Proteção e Manejo dos Recursos Naturais, Qualidade e Saneamento Ambiental e Economia Sustentável) e boa parte dos seus componentes, através do conjunto de projetos e atividades, listados abaixo, e seus respectivos produtos:</p> <p>Projeto de Desenvolvimento do Agroextrativismo no São Francisco. Produto: Execução de 5 projetos pilotos de agroextrativismo no estado de Minas Gerais.</p> <p>Projeto de Integração das Comunidades Tradicionais do São Francisco. Produto: Realização de 2 seminários com as comunidades tradicionais do Rio São Francisco na região mineira da Bacia e um seminário nacional.</p> <p>Projeto de Apoio e Implantação das Unidades de Conservação Municipais e elaboração das Campanhas de RPPN's. Produto: Realização de oficinas para criação de Unidades de Conservação Municipais em 13 municípios com apoio técnico para a sua criação e apoio às respectivas audiências públicas para a sua formalização.</p> <p>Projeto de estudos, diagnósticos e elaboração do Plano de Ação Estratégico da Fauna Silvestre na Bacia do São Francisco. Produto: Realização de duas oficinas envolvendo pesquisadores de fauna da região para levantamento dos principais problemas e elaboração do Plano de Ação para o Manejo e Conservação da fauna silvestre na Bacia do Rio São Francisco.</p> <p>Projeto de Fiscalização Ambiental para o Defesa da Piracema na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Produto: Realização de diligências para o Defesa da Piracema na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (639.219 km2).</p> <p>Projeto de Elaboração e Realização do Seminário Nacional de Reforma Agrária e Agricultura Sustentável na Bacia do São Francisco. Produto: Realização de um seminário nacional de integração das principais instituições e organizações sociais que atuam na área de agricultura e reforma agrária sustentável e a realização de uma oficina por bioma para definição do Plano de Ação Estratégica para a sustentabilidade da Agricultura e Reforma Agrária no São Francisco.</p> <p>Projeto de Revitalização de Lagoas Marginais do Alto e Médio São Francisco consideradas APPs - Áreas de Proteção Permanente, a jusante da Barragem de Três Marias (MG). Produto: Revitalização de Lagoas Marginais, a jusante da Barragem de Três Marias/MG que correspondem aproximadamente a 10.500 hectares.</p> <p>Projeto de Cadastro de Usuários de Recursos hídricos localizados nas sub-bacias dos Rios Jequitai e Pacuí e demais afluentes do rio São Francisco em Minas Gerais. Produto: Cadastro de 35.000 usuários da Bacia do Rio São Francisco em Minas Gerais.</p> <p>Projeto de Desenvolvimento de Modelos para Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (matas ciliares) da Bacia do Rio das Velhas. Produto: Elaboração de modelos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente no Rio das Velhas/MG trabalhando em conjunto com a população local (50 hectares).</p> <p>Projeto de Conservação de Água e Solo da sub-bacia dos rios Bambuí e Samburá. Produto: Efetivação do projeto de conservação da água e do solo dos rios Bambuí e Samburá/MG, beneficiando uma população de 23.000 habitantes da cidade de Bambuí e que corresponde a ações de terraceamento e construção de 1.000 barraginhas em áreas de bacia de contenção beneficiando 2.000 hectares.</p> <p>Projeto de elaboração da Agenda 21 do Pólo da Represa de Três Marias. Produto: Construção da Agenda 21 envolvendo os 8 municípios do entorno da Represa de Três Marias/MG e sua população: Abaeté, Biquinhas, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompeu, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias.</p>						

0516 Viver sem Contaminação

GERENTE: VICTOR ZULAR ZVEIBIL

Objetivo: Reduzir a contaminação e controlar os riscos decorrentes da exposição às substâncias perigosas e aos resíduos industriais

6083 (A) CAPACITAÇÃO PARA A SEGURANÇA QUÍMICA

Produto:	PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	198,0	588,0	296,97 %	48,0	548,0	1.141,67 %
Financeiro	1.290.288	354.000	27,44 %	260.000	224.000	86,15 %

Comentários:

• Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (548,0) Financeiro (R\$ 224.000)
Realização, em agosto, de seminário sobre os agrotóxicos classificados como poluentes orgânicos persistentes, com a participação de técnicos de órgãos ambientais do meio ambiente e setor produtivo e acadêmico, com a finalidade de atualização de profissionais em matéria de segurança química.
Realização, maio e julho, de seminários para capacitação em resíduos de serviços de saúde, em conjunto com a ANVISA.

6627 (A) FOMENTO À GESTÃO E CONTROLE DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS

Produto:	ESTADO APOIADO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	19,0	11,0	57,89 %	6,0	11,0	183,33 %
Financeiro	708.010	173.778	24,54 %	213.978	173.778	81,21 %

Comentários:

• Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (11,0) Financeiro (R\$ 173.778)
Realização, em outubro, de discussões para harmonizar critérios de licenciamento de processo de destinação de pneus, contemplando 11 (onze) Estados - BA, CE, ES, GO, MG, MS, PR, RJ, RS, SC e SP.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 16/01/2006

(1) Ação não prevista no PPA em vigor em 2005. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional.
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2005 + Créditos.
(3) Produto da ação no LOA 2005 + Créditos diferente no PPA.
(4) O produto da LOA 2004 + Créditos é diferente do produto de 2005.
(5) Foi considerada a marcação da cumulatividade da meta do exercício de 2005.
(6) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004 + Créditos.